

O Brasil colonial

Colégio Naval 2020

Autor:
Prof. Alê Lopes e Marco Túlio

Aula 00

02 de fevereiro, 2020

Sumário

1. Apresentação dos professores	3
2. Apresentação do cronograma	4
3. Antes do Brasil, um pouco da História de Portugal	6
3.1. <i>A formação do Estado português</i>	7
4. Navegar é preciso: a Expansão Marítima Europeia	8
4.1. <i>Razões das viagens ultramarinas</i>	8
Razões do pioneirismo	11
4.2. <i>Etapas da expansão portuguesa</i>	12
5. A formação do Império ultramarino português	16
5.1. <i>Sentidos da expedição cabralina (1500)</i>	18
A Carta de Caminha	18
5.2. <i>O período pré-colonial</i>	20
6. A conquista da América	21
6.1. <i>Os povos indígenas da América Portuguesa em 1500</i>	21
6. Brasil Colônia (1530–1815)	23
6.1. <i>As capitanias hereditárias (1534)</i>	23
6.2. <i>O governo geral (1548)</i>	25
7. O Brasil do açúcar	27
7.1. <i>A União Ibérica e o Brasil Holandês (1630-1654)</i>	32
7.2. <i>A sociedade do açúcar</i>	34
8. Escravidão e resistências	36
8.1. <i>A escravidão indígena</i>	36
8.2. <i>A escravidão africana</i>	36
8.3. <i>Formas de resistência dos escravizados</i>	40
8.4. <i>O legado cultural africano no Brasil</i>	41
9. Lista de Exercícios	42
9.1. <i>Colégio Naval</i>	42
9.2. <i>EsFCEx – Questões desafiadoras</i>	51
10 Gabarito	53
10.1. <i>Colégio Naval</i>	53
10.2. <i>EsFCEx – Questões desafiadoras</i>	53
11. Lista de exercícios comentada	54
11.1. <i>Colégio Naval</i>	54
11.2. <i>EsFCEx – Questões desafiadoras</i>	68
12. Considerações finais	72
13. Referências	72



1. Apresentação dos professores

É com imenso prazer que apresentamos a você o nosso curso de História para a Prova de História do Colégio Naval 2020. Este Curso será escrito e ministrado a quatro mãos e dois cérebros: **somos Profe Alê Lopes e Prof. Marco Túlio**. Juntos, com muita dedicação e disciplina, vamos ajudar você a tirar um notão na sua prova. Sejam bem-vindos! Na sequência, conheça um pouquinho dos seus novos professores...

Olá aluno/aluna do Estratégia Militares!



@profe.ale.lopes

Meu nome é Alessandra Lopes e pode me chamar de Alê. Permita-me uma breve apresentação da minha trajetória. Sou formada na UNICAMP, Mestra em Ciência Política também pela UNICAMP e nessa mesma universidade iniciei meu Doutorado. Estudo Justiça de Transição – tema interdisciplinar entre Política, História e Direito Internacional. Desde 2004, dou aulas de História, Sociologia e Humanidades em cursos preparatórios para vestibulares e para o ENEM. Já escrevi muitos materiais preparatórios, incluindo de concursos públicos. Posso afirmar, com segurança, que já contribui para a aprovação de muitos alunos nas mais variadas e concorridas seleções Brasil afora: USP; UNICAMP; UNIFESP; UNESP; UFRJ; UFSC; UFBA; UECE; FGV; PUC-SP; UnB; UERJ; UFRS; entre outras.

Essa experiência toda me permitiu criar um método de ensino capaz de fazer você APRENDER História e GABARITAR as questões de provas.

É com grande alegria que faço um convite para você conhecer a primeira aula do Livro Digital e se somar ao time de alunos do **Estratégia Militares**.

Vem comigo: com foco, força, fé e café você chega lá!!!!

Já aproveita para me seguir nas redes sociais:



@profe.ale.lopes



YouTube

História e Sociologia Articuladas

Olá, tudo bem com você?

Seja bem-vindo ao **curso de História do Estratégia Militares para o Colégio Naval!** Antes de mais nada, permita que eu fale um pouco de mim...

Cresci em uma família de professoras, então essa sempre foi uma profissão muito presente em minha vida. Quando criança, amava ler livros e revistas que traziam curiosidades de História, o que me levou a decidir, já na quinta série, decidi que faria o curso. Queria ser professor e pesquisador.



Mas mesmo tendo em mente que meu futuro era estudar História, resolvi prestar o vestibular primeiramente para o curso de Ciências do Estado, na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Fui aprovado para 2011, mas logo no primeiro semestre, vi que não conseguiria deixar História de lado, então no segundo semestre daquele ano me inscrevi no curso da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-Minas). Fiz as duas faculdades ao mesmo tempo, e em 2017, ingressei no mestrado em História na UFMG.

Conciliar duas faculdades, ao mesmo tempo em que dava aulas, não foi fácil. Mas este desafio não chegou nem perto do que eu e uma equipe de professores estamos vivendo agora no Estratégia Vestibulares: preparar um curso completo para ajudar **você a gabaritar na prova de História do Colégio Naval!**

O curso que você encontrará a seguir é o resultado deste trabalho coletivo, no qual depositamos todo o nosso empenho, conhecimento e experiência para garantir a sua aprovação!

E então? Pronto para começar?

Ah, não se esqueça de me seguir nas redes sociais:



2. Apresentação do cronograma

A Prova Escrita Objetiva é composta de 50 questões, sendo que 12 delas são de Estudos Sociais. Essa categoria inclui **6 questões de História do Brasil**, conteúdo que abordaremos seguindo o cronograma abaixo:

AULAS	CONTEÚDO
Aula 0	BRASIL COLÔNIA I Expansão Ultramarina Portuguesa e chegada ao Brasil; Da organização da Colônia ao Governo Geral; A Economia Colonial: os ciclos do Pau-Brasil e do açúcar; Invasões Estrangeiras no Período Colonial; O africano no Brasil
Aula 1	BRASIL COLÔNIA II Entradas e Bandeiras penetração na Amazônia, conquista do Sul, Tratados e limites, Guerras no Sul; A Economia Colonial: os ciclos do gado e da mineração; Sedições e Inconfidências: movimentos nativistas, Conjuração Mineira e Baiana; A Vida Cultural e Artística nos Séculos Coloniais;
Aula 2	BRASIL IMPÉRIO I A Corte no Rio de Janeiro: a presença da Corte Portuguesa no Brasil: realizações político-sociais; Da Independência ao fim do Primeiro Reinado: a Guerra Cisplatina, as dificuldades econômicas e as agitações políticas; Período Regencial: lutas civis, atividades políticas e maioridade;
Aula 3	BRASIL IMPÉRIO II Segundo Reinado: pacificação das lutas internas, a conciliação política e tentativas de industrialização; Segundo Reinado: política externa; Segundo Reinado: situação econômica, desenvolvimento cultural e artístico, a questão dos escravos e a campanha abolicionista, a igreja e a questão dos bispos;

Aula 4	BRASIL REPÚBLICA I A República Velha: o governo das oligarquias cafeeiras (a situação social, política e econômica);
Aula 5	BRASIL REPÚBLICA II A Revolução de 1930 e o Estado Novo: a Era de Vargas; A Era Populista: a situação interna e externa do Brasil, de Eurico Dutra a João Goulart;
Aula 6	BRASIL REPÚBLICA III Os Governos Militares: de Castelo Branco a João Batista Figueiredo;
Aula 7	BRASIL REPÚBLICA IV A Nova República.

Com uma linguagem objetiva e didática, todo o conteúdo de História do Colégio Naval foi sintetizado em 15 aulas, cada uma delas contando com um **material escrito** robusto e **videoaulas** completas. Nosso curso conta com os seguintes elementos:

- ✓ **Lista de exercícios com as questões do Colégio Naval**, com sua resolução no final das aulas. Diferentemente de outros materiais disponíveis no mercado, o Estratégia Militares traz questões com todas as alternativas comentadas. Ao fazer isso, nosso objetivo é que não reste nenhuma dúvida sobre a resolução cada questão.
- ✓ **Lista de exercícios de outras instituições** e que apresentem similaridades ao estilo da sua prova, ou que abordem temas semelhantes. Afinal de contas, o bom desempenho no vestibular passa não somente pelo entendimento do conteúdo, mas pelo treinamento intenso de sua habilidade na resolução de questões.
- ✓ **Exercícios resolvidos ao longo da teoria**, geralmente de outras instituições, para que possamos afixar o conteúdo das aulas.
- ✓ **Fórum de dúvidas**, disponível no site do Estratégia Vestibulares. É uma ótima ferramenta para mantermos nossa comunicação, com a qual você poderá tirar suas dúvidas sobre o andamento do curso e o conteúdo das aulas.
- ✓ **Webinários e artigos do blog do Estratégia Militares**, nos quais os professores da equipe disponibilizarão textos, dicas e informações pertinentes ao processo seletivo do Colégio Naval.

Deu pra ver que teremos muito trabalho pela frente não é mesmo? Mas pense que todo esse esforço valerá a pena quando garantir sua aprovação! Se você realmente está disposto a se dedicar para isso, conte comigo para o que precisar!

Para não perdermos mais tempo, gostaria de desejar a você um excelente curso. Nosso material foi preparado com muito zelo e atenção às particularidades do processo seletivo da CN. Espero que tenhamos uma jornada de estudos bastante produtiva, para que você possa alcançar o curso dos seus sonhos!

Bons estudos!



3. Antes do Brasil, um pouco da História de Portugal

Qual é o ponto de partida da nossa História? É provável que você pense em 1500, quando ocorreu a chegada dos portugueses nas terras que ficariam conhecidas como Brasil. Contudo, não podemos nos esquecer de que este mesmo território era habitado por centenas de povos indígenas, formando um cenário marcado por uma ampla diversidade cultural e linguística. Estima-se que na época da chegada da expedição cabralina, houvesse entre 3 milhões e 4 milhões de indígenas no Brasil, distribuídos em comunidades dotadas de experiências históricas. **A História do Brasil, portanto, não começa com Cabral.**

Ainda que tomemos a “descoberta de Cabral” como marco inicial, é preciso recuarmos um pouco no tempo para entendê-la. Dessa maneira, retornemos até os últimos séculos da Idade Média, quando o continente europeu foi assolado por diversas batalhas que definiram algumas de suas fronteiras, como no caso da França, Inglaterra e da Espanha. O Estado surgia como uma organização política centralizada, o que seria fundamental para a organização das expedições marítimas que marcaram os séculos seguintes.

Na **península ibérica**, correspondente aos atuais territórios português e espanhol, o processo de formação do Estado foi marcado pela chamada **Reconquista**. A partir do século VIII, essa região foi invadida por muçulmanos vindos do norte da África, que ficam conhecidos como **mouros** entre os ibéricos. Boa parte do território, chamado de Al-Andalus pelos praticantes do Islã, passou a ser controlada por um califado situado no Oriente, enquanto reinos cristãos conseguiram manter sua autonomia na porção norte.

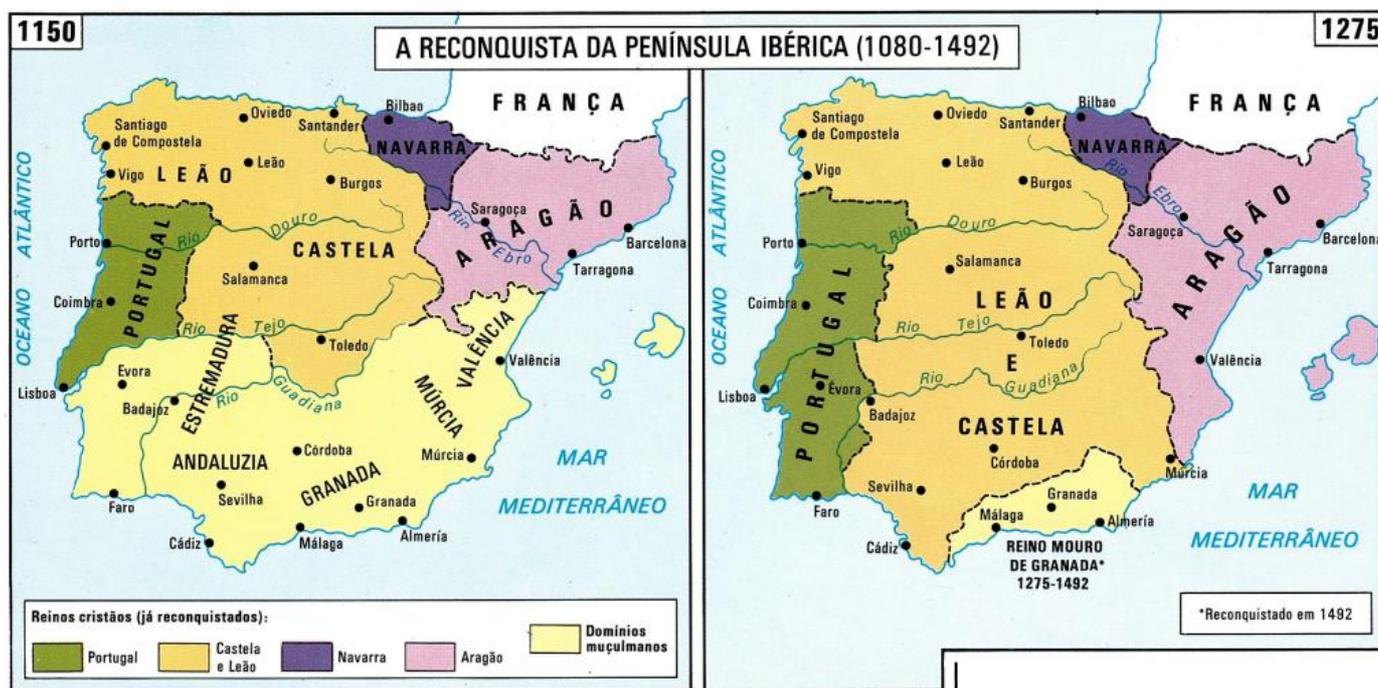


Figura 1 - Mapa da Reconquista. Fonte: JOBSON, José Jobson de A. Atlas histórico básico. 17ª ed. São Paulo: Ática, 2008. p. 18.

Embora tivessem suas diferenças entre si, os reinos cristãos de Leão, Navarra, Castela e Aragão se uniram, a partir do século XI, para combater os “infiéis” muçulmanos e expulsá-los da península. Diversas campanhas militares foram organizadas contra Al-Andalus, compondo uma verdadeira guerra santa na região. O processo de Reconquista da península pelos cristãos durou mais de quatro séculos, e somente em 1492 o último reduto islâmico, o Reino de Granada, foi derrotado. Naquele mesmo ano, um navegador genovês chamado Cristóvão Colombo partia da Espanha rumo à Oeste, almejando alcançar as Índias.

3.1. A formação do Estado português

A formação do Estado português está diretamente relacionada ao processo de Reconquista. A partir de 1072, o nobre francês **Henrique de Borgonha** se destacou no combate aos mouros, sendo recompensado por Afonso VI, rei de Leão e Castela, com o **condado Portucalense** e a mão de sua filha.

Em 1139, **Afonso Henriques**, filho de Henrique de Borgonha, separou-se do rei de Leão e proclamou-se rei de Portugal. A separação seria formalmente reconhecida pelo rei de Leão e Castela, Afonso VII, em 1143. Para alguns historiadores, o processo de formação do Estado português se encerraria em 1249, quando os muçulmanos foram expulsos de Algarve e os domínios portugueses alcançam suas dimensões atuais. Com isso, ele seria o primeiro Estado moderno da História.

Contudo, a maior parte dos estudiosos concorda que o **processo de centralização política de Portugal** se estendeu até o século XIV, quando ocorreu a chamada **Revolução de Avis**. A morte de D. Fernando I, em 1383, deu fim à dinastia de Borgonha, afinal o rei não havia deixado herdeiros masculinos legítimos. O rei de Castela, casado com sua filha, reivindicou o trono para si, recebendo apoio de parcelas da nobreza **lusa**¹.

A possibilidade de Portugal se anexado ao reino de Castela gerou indignação em diversos setores da sociedade brasileira, que passam a apoiar a ascensão de **D. João, mestre de Avis**, irmão bastardo de Fernando. Dá-se início a um movimento conhecido como Revolução de Avis, do qual participaram setores da pequena nobreza, comerciantes e a “arraia-miúda” – nome dado às camadas populares.

Com a derrota dos partidários de Castela na **batalha de Aljubarrota (1385)**, D. João assumiu o trono português como D. João I, dando início à dinastia de Avis. Ela seria fundamental para o processo de expansão portuguesa, nome dado ao conjunto de viagens marítimas que tornaria Portugal um dos mais importantes impérios do mundo.



Figura 2 - D. João, mestre de Avis e fundador de uma nova dinastia em Portugal.

¹ O mesmo que portuguesa.

4. Navegar é preciso: a Expansão Marítima Europeia

4.1. Razões das viagens ultramarinas

O marco inicial do expansionismo português se deu com a **ocupação da cidade de Ceuta**, em 1415. Liderada pelo infante **D. Henrique**, quinto filho de D. João I, a empreitada foi motivada por razões estratégicas, afinal dali haviam partido os mouros, setecentos anos antes, para dominar os cristãos da Península Ibérica.



Figura 3 - Representação da conquista de Ceuta em uma estação de metrô da cidade de Porto, Portugal. Fonte: Shutterstock.

A cidade se situava na costa da África, onde hoje corresponde ao atual Marrocos. Por ser bem próxima ao estreito de Gibraltar, uma região de encontro entre o Mar Mediterrâneo e o Oceano Atlântico, a tomada da cidade permitiria aos portugueses se precaverem de ataques de piratas que ali aportavam antes de saquearem seu litoral. Além disso, Ceuta era um importante entreposto comercial naquele período, abastecida pelo ouro trazido pelas caravanas dos mouros que cruzavam o deserto do Saara, e grande produtora de cereais.

Embora exitosos em seu intento, a conquista de Ceuta não se mostrou um negócio tão lucrativo para os lusos, uma vez que os árabes logo alteraram suas rotas comerciais para não mais contemplarem a cidade. Além disso, os altos custos de guerra e as resistências à dominação portuguesa impossibilitaram o cultivo de cereais na região.

A saga dos portugueses não terminou em Ceuta. Ela foi a primeira etapa do processo de **expansão ultramarina portuguesa**, que se estenderia até o século seguinte. Antes de mais nada, é preciso se perguntar quais razões levaram os portugueses a se aventurar para além dos limites da península ibérica. Vejamos o que nos conta o historiador Boris Fausto:

FIQUE
ATENTO!

A expansão correspondia aos interesses das classes, grupos sociais e instituições que compunham a sociedade portuguesa. Para os comerciantes, era a perspectiva de um bom negócio; para o rei, era a oportunidade de criar novas fontes de receita numa época em que os rendimentos da Coroa tinham descido muito, além de ser uma boa forma de ocupar os nobres e motivo de prestígio; para os nobres e os membros da Igreja, servir ao rei ou servir a Deus, cristianizando "povos bárbaros", resultava em recompensas e em cargos cada vez mais difíceis de conseguir nos estreitos quadros da metrópole; para o povo, lançar-se ao mar significava sobretudo emigrar, a tentativa de uma vida melhor, a fuga de um sistema social opressivo [...]. Daí a expansão ter-se convertido em uma espécie de grande projeto nacional, ao qual todos ou quase todos aderiram e que atravessou os séculos.

FAUSTO, Boris. *História concisa do Brasil*. São Paulo: Edusp. 2011. p. 11.

O “grande projeto nacional” a que se refere o autor envolvia interesses diversos, mas era conduzido pela política econômica denominada **mercantilismo**. Podemos defini-la como um conjunto de práticas econômicas implementadas na Europa entre os séculos XV e XVIII, com o objetivo de **fortalecimento dos Estados-nacionais**. Assim sendo, apesar da expansão das relações econômicas conduzidas pela burguesia, os governantes absolutistas interferiam nas atividades de produção de tal maneira que podemos considerar o Estado como o principal agente econômico do período.

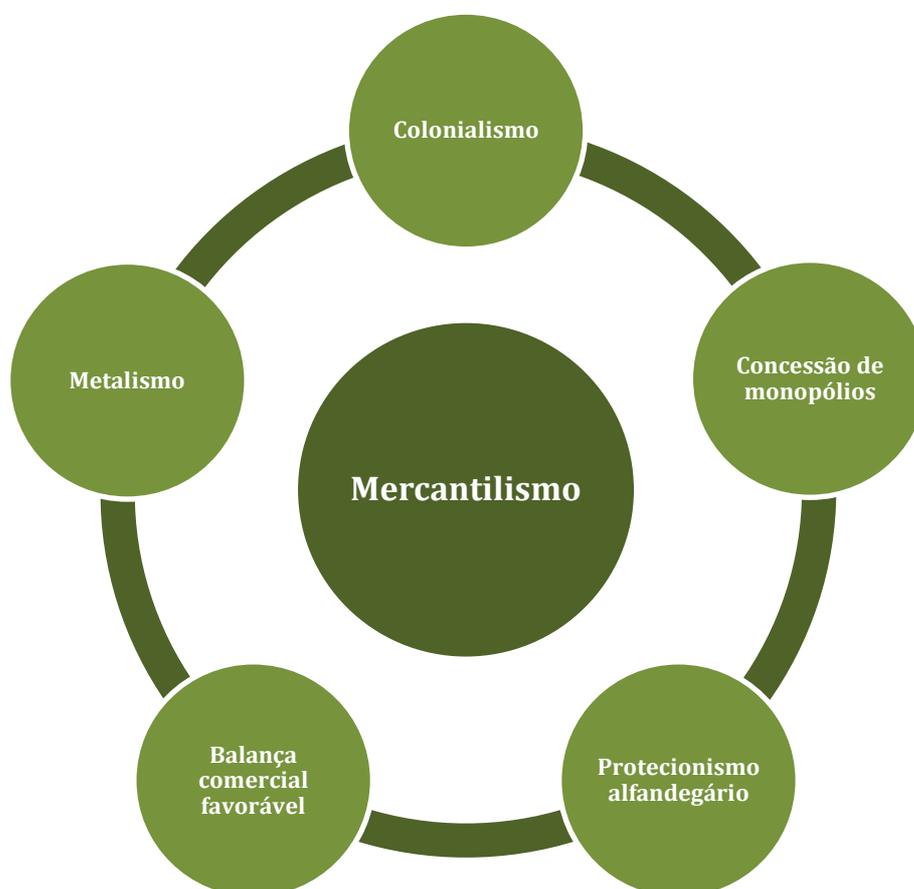
Para alguns historiadores, este sistema econômico representou os primórdios do capitalismo em nossa História, sendo por isso chamado de **capitalismo comercial**. A seguir, listaremos algumas práticas encontradas na maioria dos Estados europeus:

- **Metalismo** → Na concepção da época, a riqueza do Estado seria medida pela quantidade de metais preciosos (ouro e prata) acumulados.
- **Balança comercial favorável** → Para evitar o escoamento de metais preciosos, defendia-se a necessidade de que o número de exportações superasse o de importações (superávit). Em outras palavras, o Estado deveria vender mais do que comprar.
- **Protecionismo alfandegário** → Para evitar as importações e valorizar sua produção nacional, o Estado impunha impostos aos produtos estrangeiros. Vale destacar, no entanto, que este raciocínio apresenta certas limitações, afinal não basta apenas



exportar mais para atingir uma balança comercial superavitária, mas fazê-lo com produtos que apresentem maior **valor agregado**².

- **Colonialismo** → A partir das Grandes Navegações, alguns Estados europeus estenderam seus territórios além-mar, formando colônias e feitorias na África, Ásia e América. A exploração dessas novas terras levava em conta unicamente os interesses do Estado colonizador, que se impõe política, econômica e culturalmente sobre as populações conquistadas. Em geral, as metrópoles, como são chamados esses Estados, determinam um conjunto de leis e obrigações aos territórios dominados, restringindo que estes pratiquem relações comerciais com outros Estados.
- **Concessão de monopólios** → O poder real concedeu direitos exclusivos de exploração ou produção de alguma mercadoria para burgueses e nobres, que em contrapartida, pagavam taxas ao Estado.



² Valor acrescido a um bem ou serviço modificado ao longo do processo produtivo. Um exemplo disso é considerarmos o minério de ferro, largamente exportado pelo Brasil. A China, um dos principais países importadores dessa commodity, a utiliza para a produção de diversos produtos, entre eles, embarcações, que possuem um valor agregado muito superior a matéria-prima retirada de nosso país. Ironicamente, parte da produção da indústria naval chinesa é comprada pelo Brasil!



Razões do pioneirismo

A conquista de Ceuta fez de Portugal o primeiro país europeu a se lançar aos mares e conquistar novas terras. Podemos elencar alguns aspectos que contribuíram para este processo:

- **Características geográficas favoráveis** → Localizado próximo à confluência do oceano Atlântico e do mar Mediterrâneo, do continente africano e de ilhas e arquipélagos atlânticos, Portugal dispunha de um território sem obstáculos geográficos que poderiam dificultar a expansão ultramarina.
- **A busca por rotas alternativas para o mercado de especiarias** → O acesso dos portugueses ao rico comércio de **especiarias** era restrito, uma vez que pelo norte da África ele era monopolizado pelos árabes, e no Mediterrâneo, pelos genoveses. Em 1453, com a conquista de Constantinopla pelos turco-otomanos, o transporte dessas mercadorias se tornou ainda mais restrito, levando os portugueses a buscar caminhos alternativos.
- **Consolidação do poder monárquico** → A centralização política em Portugal ocorreu ainda na Baixa Idade Média, durante as guerras de **Reconquista** na península Ibérica. Trata-se de um processo que se inicia com a dinastia de Borgonha, em 1140, e é continuado pela **Revolução de Avis** (1383-1385), quando D. João I assume o poder. A consolidação do poder monárquico em Portugal foi fundamental para o expansionismo marítimo, haja visto que as navegações ultramarinas neste país foram uma **empresa coordenada pelo Estado**.
- **Desenvolvimento de tecnologias náuticas** → O aperfeiçoamento e criação de diversos instrumentos permitiram aos portugueses se aventurarem em mar aberto. Entre o final do século XIII e início do século XIV foram produzidas as primeiras **cartas portulanas**, mapas que buscavam reproduzir de maneira fidedigna a localização das zonas costeiras e seus portos – daí o fato de serem assim chamadas. Com a **difusão da bússola** pela Europa, instrumento que permitia a localização do



Figura 4 - Carta portulana criada no início do século XVI. Fonte: Biblioteca Estadual da Baviera.



norte geográfico a partir de uma agulha magnetizada, os portulanos adquiriram maior precisão ao registrarem novas descobertas. Outra grande inovação do período foi a **criação das caravelas**, embarcações mais ágeis e de maior dirigibilidade graças ao aperfeiçoamento das velas latinas triangulares pelos portugueses.

O que eram as especiarias?

Tesouros exóticos no mercado europeu, as especiarias eram produtos de origem vegetal e valor inestimável vindos do Oriente, como cravo, canela, pimenta, noz-moscada, gengibre, sândalo e almíscar. Com a retomada do grande comércio entre os mundos ocidental e oriental no final da Idade Média, os europeus passaram a requisitar cada vez mais esses produtos.

As especiarias eram cultivadas na Índia, no Ceilão, nas ilhas Ternate e Tidora e em parte das Ilhas Molucas, atual Indonésia. Muitas delas eram utilizadas na conservação de alimentos ou com propósitos medicinais, além de conferirem aromas e sabores que encantavam os europeus.



Figura 5 - Vendedor de canela, século XV.

Antes de avançarmos, que tal testar os seus conhecimentos? Você seria capaz de responder as questões abaixo?

- Explique a relação entre a Reconquista e o processo de centralização política em Portugal.
- O que foi a Revolução de Avis?
- O que é o mercantilismo? Quais são suas principais características?
- Quais foram os elementos que possibilitaram o pioneirismo português nas Grandes Navegações?

4.2. Etapas da expansão portuguesa

Após a tomada de Ceuta (1415), os portugueses exploraram as Ilhas Canárias e os Açores por volta de 1430, além de colonizarem a ilha da Madeira em 1440. Em 1448, ergueram o Forte de Arguim, ao sul do Cabo Branco, na atual Mauritânia, onde passaram a comercializar escravizados.

Em 1434, o navegador **Gil Eanes** foi o primeiro navegador a **cruzar o cabo Bojador**, conhecido como “cabo do Medo” devido as diversas lendas que cercavam sua existência. Para alguns, essa região era povoada de seres monstruosos capazes de devorar aquele que

ousasse desbravá-lo, enquanto outros falavam de ventos tão fortes que arrastariam as naus para o abismo aonde terminava o mar. Superado este medo medieval sobre o desconhecido, os portugueses continuaram a se lançar ao mar em expedições que iam cada vez mais ao sul do litoral africano no Atlântico. Em vários pontos da costa foram fundadas **feitorias**, entrepostos de onde os portugueses obtinham produtos como marfim, ouro em pó, pimenta malagueta e escravos. Essa série de viagens na costa oeste do continente ficaram conhecidas como **Périplo Africano**.

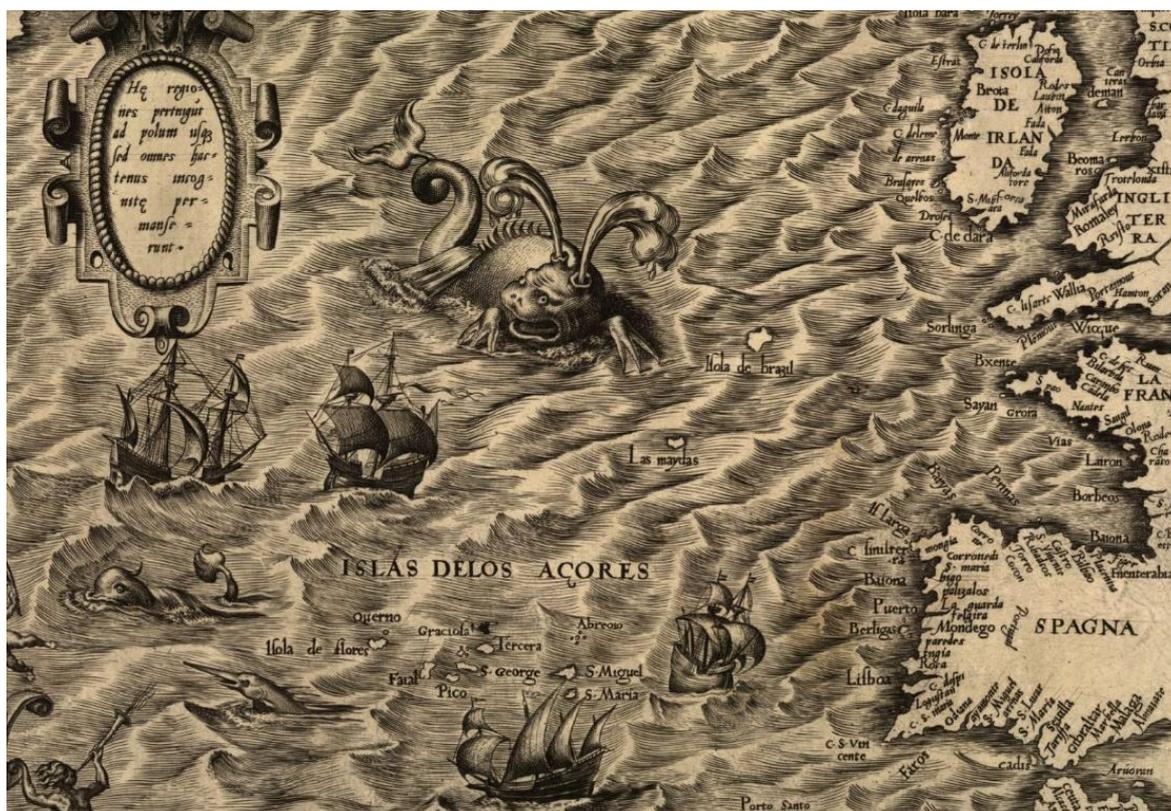


Figura 6 - Detalhe de um mapa do século XVI mostra a crença em monstros marinhos pelos europeus.
Fonte: Biblioteca do Congresso dos Estados Unidos.

Em 1488, **Bartolomeu Dias** alcançou o extremo sul do continente africano, chamado por ele de cabo das Tormentas devido aos perigos decorrentes do encontro entre os oceanos Atlântico e Índico nessa região. Contudo, o rei D. João II alterou seu nome para **Cabo da Boa Esperança**, uma vez que os portugueses se mostraram cada vez mais próximos de completar a sua rota para a tão aguardada chegada no Oriente. Dez anos depois, em 1498, **Vasco da Gama** cumpriu esse objetivo ao contornar todo o continente africano e alcançar a cidade de Calicute, na Índia.

A segunda viagem portuguesa rumo à Índia foi comandada por fidalgo da Ordem de Cristo chamado **Pedro Álvares Cabral**, cujo nome conhecemos bem devido a sua parada no território que atualmente concebemos como Brasil. Mas a empreitada significou mais do que

isso, afinal pela primeira vez uma única viagem integrou quatro continentes – Europa, América, África e Ásia –, além de manifestar a construção de um extenso **império ultramarino** no Atlântico por Portugal.

As navegações espanholas

Enquanto Portugal apostava nas viagens de circunavegação do continente africano para alcançar as Índias, os Reis Católicos de Espanha, Fernando e Isabel, patrocinaram o projeto do navegador genovês Cristóvão Colombo, que defendia a tese de que se poderia alcançar o Oriente rumando para o Ocidente. Partindo da ideia de esfericidade da Terra, Colombo já havia tentado convencer o rei de Portugal a financiá-lo, mas naquela altura as viagens dos portugueses pelo litoral da África já se encontravam bastante avançadas.

Durante trinta e três dias, Colombo enfrentou diversos motins de sua tripulação devido as péssimas condições de higiene e alimentação. Contudo, no dia 12 de outubro de 1492 eles alcançaram a América, desembarcando em uma ilha do Caribe que foi batizada como São Salvador (atual Bahamas). O genovês acreditou ter chegando em Cipango (Japão), e quanto mais explorava a região, mais se mostrava certo de que havia alcançado as Índias. Apesar de cartógrafos chegarem à conclusão de que ele havia se deparado com um novo continente, defendeu sua chegada às Índias até a sua morte.

Em 1503, dois anos antes da morte de Colombo, o navegador e comerciante florentino chamado **Américo Vespúcio** publicou o livro *Novo Mundo*, no qual chamava atenção para o fato de Colombo ter alcançado terras até então desconhecido para os europeus. Em sua homenagem, o novo continente foi batizado de América.

A era de ouro das navegações se encerrou com a viagem de **Fernão de Magalhães**, feita entre 1519 e 1522. Embora fosse português, o navegador recorreu ao patrocínio do rei de Espanha após a Coroa portuguesa não o apoiar em seu projeto de realizar a primeira **viagem de circunavegação do mundo**. Partindo em agosto de 1519 com uma esquadra formada por cinco caravelas e centenas de homens, Magalhães tinha o objetivo de traçar uma nova rota rumo às Índias, onde se apossariam das Ilhas Molucas, cobiçadas devido ao alto valor do cravo-da-índia ali cultivado.

Apesar dos motins, fortes tempestades e da escassez de alimentos, a viagem foi concluída em setembro de 1522 pelo espanhol Sebastião Elcano, nomeado capitão após a morte de Fernão de Magalhães em um confronto com nativos nas Filipinas.

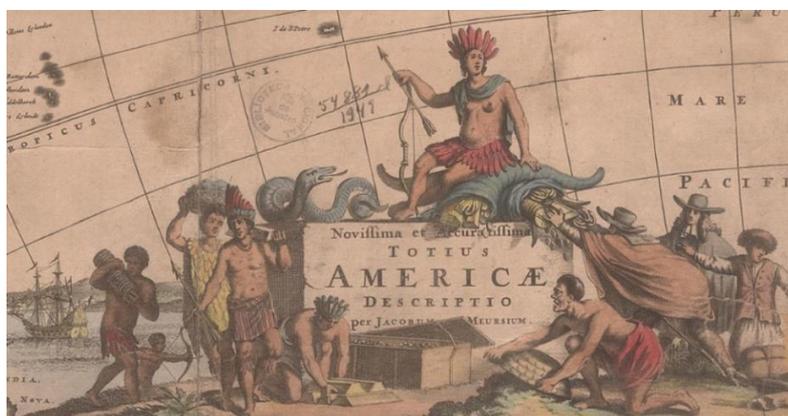


Figura 7 - Representação da América em um mapa do cartógrafo holandês Jacob Meurs, século XVII.

Fonte: Biblioteca Nacional.

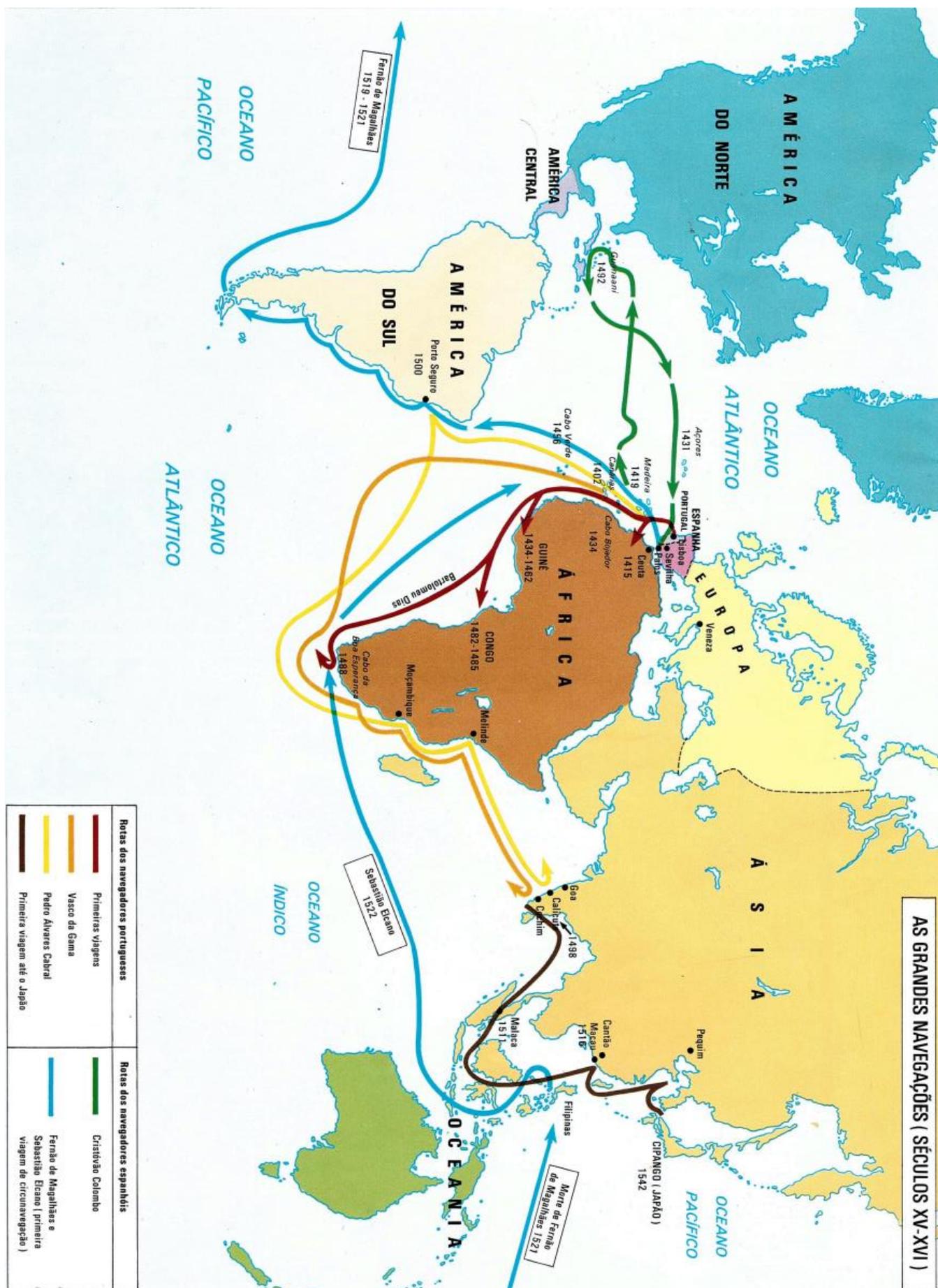


Figura 8 - A rota das navegações portuguesas e espanholas.

Fonte: ARRUDA, José Jobson de A. Atlas histórico básico. 17ª ed. São Paulo: Ática, 2008.p. 19.

Os lucros com as especiarias

O comércio de especiarias gerava lucros astronômicos. Em 1499, ao retornar a Lisboa de sua pioneira expedição à Índia, Vasco da Gama transportava em seus navios carga suficiente para cobrir sessenta vezes o custo da expedição. A famosa viagem do corsário inglês Francis Drake ao redor do mundo, entre 1577 e 1580, gerou um lucro de 4.700% aos seus investidores graças às escalas realizadas nas assim chamadas “ilhas de especiarias, onde ele saqueou os depósitos dos produtores. Em 1603, quando a primeira colônia inglesa foi criada na ilha de Run, a menor de todo o Arquipélago de Banda (também parte das Molucas), 4,5 quilos de noz-moscada podiam ser comprados dos nativos por meio centavo de libra esterlina e revendidos na Europa com um inacreditável lucro de 32.000 %

Na época da viagem pioneira de Vasco da Gama, as especiarias já eram bem conhecidas na Europa. Porém, a fatia mais gorda dos lucros ficava com os mercadores muçulmanos que dominavam as toras de comércio entre a Ásia e o Mar Vermelho. A pimenta, por exemplo, custava, na Índia, três cruzados o quintal (cerca de cinquenta quilos), e chegava ao Egito valendo oitenta cruzados, ou seja, quase trinta vezes mais do que o preço original. Após a abertura do novo caminho marítimo por Vasco da Gama, contornando o sul da África, a mesma pimenta podia ser encontrada em Portugal por trinta cruzados, cerca de dez vezes o que os portugueses pagavam na Índia, mas, ainda assim, quase um terço do valor cobrado pelos mercadores venezianos, antes obrigados a comprar dos muçulmanos no Egito e no Oriente Médio, dessem preferência aos portugueses, transformando Lisboa na nova meca do comércio com o Oriente. De todas as especiarias, a pimenta era a grande estrela. Entre 1510 e 1518, de um total de 50.656 cruzados movimentados nas Feitoria de Xoim, na Índia, só a pimenta respondia por 42.880, ou seja, mais de 80%.

GOMES, Laurentino. Escravidão: do primeiro leilão de cativos em Portugal até a morte de Zumbi dos Palmares, volume 1. Rio de Janeiro: Globo Livros, 2019. p. 101.

5. A formação do Império ultramarino português

A notícia de que Colombo alcançara um novo continente em 1492 não passou despercebida por Portugal, que até então buscava alcançar o Oriente com uma rota que contornasse a África. A fim de evitar que a Espanha se tornasse uma forte concorrente na corrida pelas mercadorias, os portugueses se tornaram defensores de que um acordo fosse formalizado entre as duas monarquias, com o objetivo de estabelecerem os limites de seus domínios.

Em maio de 1493 foi promulgada a **bula *Inter Coetera***, resultado das negociações entre Portugal e Espanha e arbitrados pelo papa Alexandre VI. No documento foi traçada uma linha imaginária situada a 100 léguas do Arquipélago de Cabo Verde, ficando acordado que os

territórios dispostos a leste deste marco eram posse de Portugal, enquanto a porção oeste seria de propriedade do reino de Espanha.

Insatisfeito com o acordo, Portugal sugeriu a criação de uma nova linha imaginária, situada a 370 léguas de Cabo Verde. Dessa forma, os lusos também poderiam garantir sua porção de terras no Novo Mundo, o que foi acatado pelos espanhóis. Em 7 de junho de 1494 foi assinado o **Tratado de Tordesilhas**, que designou terras a leste para Portugal e a oeste para Espanha.

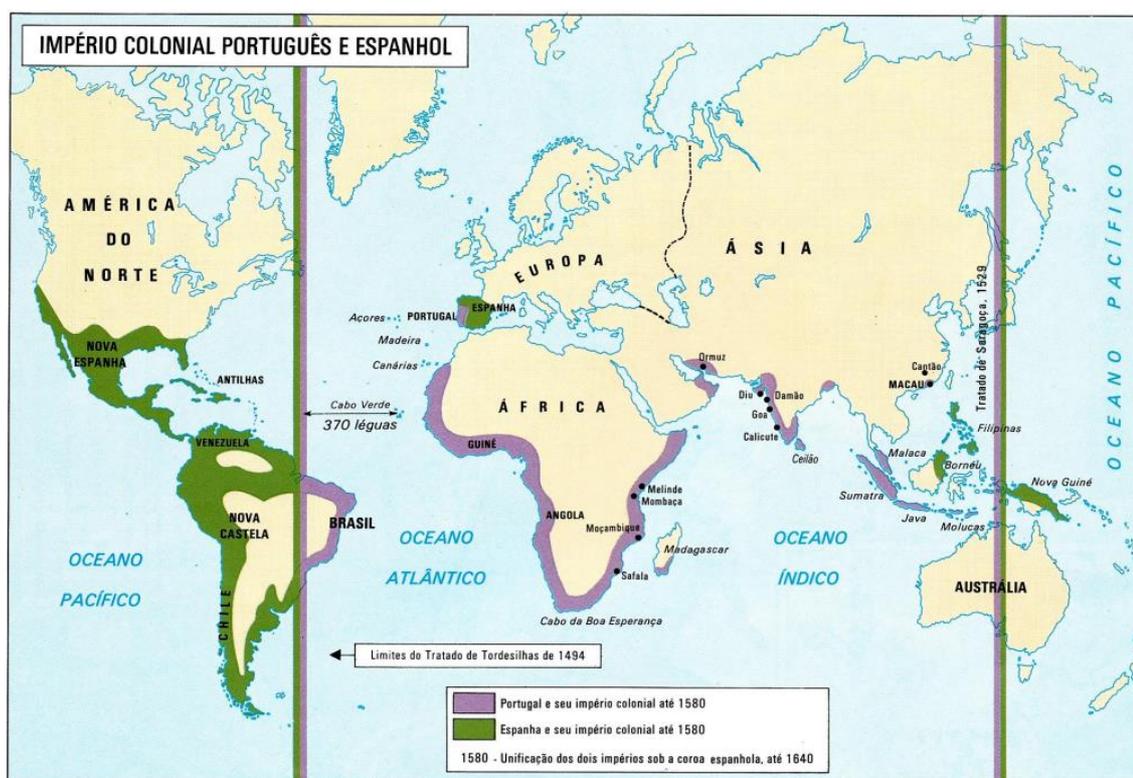


Figura 9 - Mapa dos impérios coloniais português e espanhol.

Fonte: ARRUDA, José Jobson de A. Atlas histórico básico. 17ª ed. São Paulo: Ática, 2008.p. 20.

É claro que as demais nações europeias não ficaram de braços cruzados diante da assinatura do Tratado de Tordesilhas. Na ocasião, o rei francês Francisco I teria comentado: “gostaria de ver a cláusula do testamento de Adão que me afastou da partilha do mundo”. Sem reconhecer a legitimidade do acordo, França, Inglaterra e Países Baixos também buscaram assegurar seus territórios na América, invadindo domínios coloniais dos portugueses e espanhóis.

Progressivamente, o Mar Mediterrâneo deixava de ser o espaço primordial de circulação de riquezas, marcando uma **alteração do eixo econômico para o Atlântico**. Este processo se acelerou após 1453, quando a cidade de Constantinopla, importante centro comercial de aquisição de mercadorias orientais, foi conquistada pelos turco-otomanos, causando o encarecimento das especiarias e outros produtos exóticos. A formação de novas rotas de acesso às Índias pelo Atlântico causou o declínio de Veneza e Gênova, cidades cujos comerciantes até então exerciam amplo domínio comercial no Mediterrâneo.

5.1. Sentidos da expedição cabralina (1500)

A chegada de Cabral ao Brasil teria sido um acidente? Os historiadores apontam para uma série de indícios que colocam essa ideia por terra. Para começar, a frota cabralina era composta por caravelas pilotadas por experientes navegadores, como Bartolomeu Dias, Diogo Dias e Nicolau Coelho. Eles dispunham de instrumentos marítimos que conferiam maior precisão às viagens marítimas, como bússolas, astrolábios e mapas cartográficos produzidos ao longo de décadas. Além disso, o território avistado por Cabral já havia sido assegurado pela Coroa em 1494, quando foi Portugal e Espanha assinaram o **Tratado de Tordesilhas**.

Depois de assinar o acordo com a Espanha, o rei D. Manuel I encarregou o navegador **Duarte Pacheco Pereira** de organizar uma expedição secreta para reconhecer estes territórios, em 1498. Ela desembarcou em alguma parte da costa entre o Maranhão e o Pará, para em seguida percorrer o litoral até a foz do Rio Amazonas e a Ilha de Marajó. O território português no Brasil começava próximo a atual cidade de Belém, no Pará, e descia em linha reta até as proximidades de Laguna, em Santa Catarina.

Bom, deu pra perceber que a expedição cabralina não poderia ter "descoberto" um território que já era conhecido pela Coroa pelo menos desde 1498, não é verdade? Além disso, a expressão descobrimento traz um outro problema, seu caráter **eurocêntrico**. Ao dizermos que Cabral "descobriu" o Brasil, tomamos o ponto de vista dos portugueses, como se o território até então estivesse esperando ser encontrado. Essa visão ignora as experiências dos povos indígenas que o habitavam, estabelecendo o ano de 1500 como marco inicial de nossa História.

Mas se o termo descobrimento não é o mais indicado, o que poderíamos utilizar em seu lugar? Talvez seria melhor tratarmos a chegada da expedição cabralina como uma **tomada de posse**, pois assegurava a Coroa portuguesa o domínio sobre os territórios delimitados pelo Tratado de Tordesilhas. Em outras palavras, ela iniciava o processo de **conquista** de Portugal em solo americano.

A Carta de Caminha

Pero Vaz de Caminha já tinha cerca de 50 anos quando a esquadra de Cabral desembarcou em solo americano. Ocupando o posto de escrivão da armada, é dele a carta que descreve em detalhes para o rei de Portugal o "achamento" da nova terra. Por ser o primeiro documento escrito sobre o Brasil, muitos historiadores o consideram a "**certidão de nascimento**" da nossa história.

Alguns pontos de sua correspondência merecem destaque. Para começar, ela informa que ao avistar o primeiro monte de terra no horizonte, Cabral o batizou de **Monte Pascoal**, pois estavam na semana de Páscoa. Já o território conquistado foi chamado de **Terra de Vera Cruz**, em referência a cruz erguida pelos portugueses para rezar a primeira missa no solo



desembarcado. A carta de Caminha também sugere ter sido amistoso o primeiro contato com os nativos, dos quais fornece uma descrição física:

A feição deles é serem pardos, maneira de avermelhados, de bons rostos e bons narizes, bem-feitos. Andam nus, sem nenhuma cobertura. Nem estimam de cobrir ou de mostrar suas vergonhas; e nisso têm tanta inocência como em mostrar o rosto. Ambos traziam os beijos de baixo furados e metidos neles seus ossos brancos e verdadeiros, de comprimento duma mão travessa, da grossura dum fuso de algodão, agudos na ponta como um furador. Metem-nos pela parte de dentro do beijo; e a parte que lhes fica entre o beijo e os dentes é feita como roque de xadrez, ali encaixado de tal sorte que não os molesta, nem os estorva no falar, no comer ou no beber.

Carta de Pero Vaz de Caminha. Disponível em:
<http://objdigital.bn.br/Acervo_Digital/livros_eletronicos/carta.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2019.

O escrivão considera os indígenas bonitos de corpo e de alma, apontando sua nudez como um pecado decorrente do desconhecimento da verdadeira fé. E ao relatar que a tripulação não havia encontrado metais preciosos naquela terra, ele exalta outras riquezas naturais, como a fertilidade do solo e a abundância de recursos hídricos, além de sugerir a necessidade de conversão dos nativos:

*Nela, até agora, não pudemos saber que haja ouro, nem prata, nem coisa alguma de metal ou ferro [...]. Porém a terra em si é de muito bons ares [...]. Águas são muitas; infindas. E em tal maneira é graciosa que, querendo-a aproveitar, dar-se-á nela tudo, por bem das águas que tem. Porém o melhor fruto, que nela se pode fazer, me parece que será **salvar esta gente**. E esta deve ser a principal semente que Vossa Alteza em ela deve lançar.*

Carta de Pero Vaz de Caminha. Disponível em:
<http://objdigital.bn.br/Acervo_Digital/livros_eletronicos/carta.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2019.

O trecho é **importante** para compreendermos uma coisa: no século XVI, os interesses da Igreja e do Estado se confundiam, o que faz com que as viagens ultramarinas e a conquista de novos territórios tivessem uma dimensão tanto política quanto religiosa. Ao buscar riquezas no Oriente e no Novo Mundo, a Coroa buscava o **fortalecimento do Estado** português, tendo como base a concepção **mercantilista** de que quanto mais riquezas ele acumulasse, mais poderoso ele seria. Ao mesmo tempo, a expansão territorial de uma monarquia católica também poderia contribuir para a expansão da fé católica, e conseqüentemente, para o **fortalecimento da Igreja**. Diante disso, é preciso considerar as Grandes Navegações como um processo que incluía interesses tanto do Estado português quanto da Igreja católica.

Após permanecer dez dias na Terra de Vera Cruz, Cabral partiu com sua esquadra para o Oriente, no dia 3 de maio de 1500. Até 1530, a Coroa portuguesa manteria suas atenções voltadas para o comércio com as Índias, sem dirigir esforços para ocupar seus domínios obtidos do outro lado do Atlântico. Devido a isso, o período que vai de 1500 até 1530 é chamado pelos historiadores de **pré-colonial**.



O projeto colonizador implantado por Portugal e Espanha apresentava uma **dimensão política**, afinal a exploração de novos territórios visava o fortalecimento dessas monarquias absolutistas, sendo formados extensos impérios ultramarinos. Ao mesmo tempo, a colonização também possuía uma **dimensão religiosa**, pois a expansão territorial dessas monarquias católicas também representava a extensão das fronteiras da cristandade. Em outras palavras, portugueses e espanhóis se preocupavam não somente com ganhos materiais, mas com a conquista de novos fiéis para a Igreja.

5.2. O período pré-colonial

Sem saber exatamente o tamanho de seus domínios no continente americano, algumas expedições trataram de vasculhar e nomear alguns pontos da costa, como a Baía de Todos-os-Santos e o vilarejo de São Sebastião do Rio de Janeiro. A América Portuguesa permaneceu sendo denominada em alguns documentos como Terra de Santa Cruz, ou simplesmente Vera Cruz. Muitos viajantes também passaram a chamá-la de Terra dos Papagaios, em referência às exuberantes aves encontradas no litoral.

Em 1502, os portugueses iniciaram a **exploração do pau-Brasil**, árvore já utilizada na Europa para a extração de um corante de cor avermelhada, com o qual eram tingidos os tecidos. Tendo em vista seu alto valor comercial, a Coroa estabeleceu o **monopólio real**³ sobre a exploração da madeira, chamado de **estanco**, o que não impediu que navegadores espanhóis, ingleses e franceses desafiassem o Tratado de Tordesilhas para contrabandear o produto para seus respectivos países.

Para extrair e transportar as grossas e pesadas toras de pau-Brasil, os portugueses utilizavam a **mão de obra indígena** por meio do **escambo**, ou seja, remuneravam as tarefas executadas com roupas, espelhos, chapéus, canivetes e outras bugigangas. A madeira era levada até as feitorias, entrepostos fortificados onde era depositada para aguardar os navios que a comercializaria no continente europeu. Com o passar do tempo, os domínios portugueses na América passaram a dispor de uma nova denominação: Brasil.

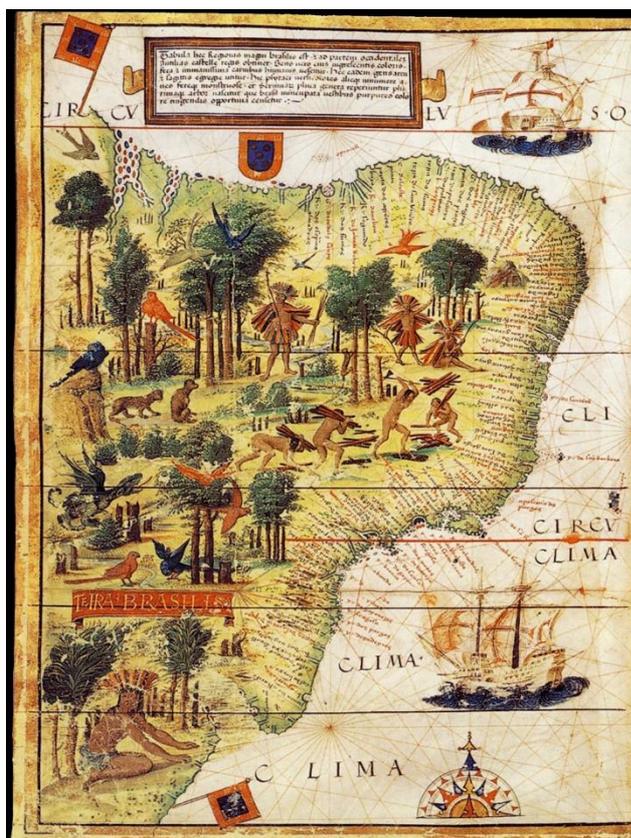


Figura 10- "Terra Brasilis", 1519, mapa de Pedro Reinell e Lopo Homem, Atlas Miller, Biblioteca Nacional de Paris.

³ O monopólio de exploração do pau-brasil esteve nas mãos de Fernando de Noronha, entre 1503 e 1505.

6. A conquista da América

Para nós, que sentimos diariamente o encurtamento das fronteiras diante do contínuo aperfeiçoamento dos sistemas de comunicação e transporte, é difícil imaginar o que representou a chegada dos europeus em solo americano. Estamos falando de dois continentes que passaram milhões de anos separados, sem que suas populações tomassem ciência uma da outra.

Assim sendo, não podemos deixar de considerar este processo que se inicia com Colombo como o início de um enorme **choque de culturas**, do qual os europeus saem vitoriosos devido a sua superioridade militar e resistência imunológica. A partir daí, os recém-chegados impuseram suas concepções políticas, econômicas, culturais, religiosas e sociais sobre os povos dominados, dando início à **ocidentalização da América**.

Apesar da resistência dos indígenas, a imposição de valores, práticas e crenças representou o extermínio de diversas culturas americanas, processo denominado pelos historiadores de **etnocídio**. Contudo, antes de falarmos de como os europeus impuseram uma nova ordem ao continente, vejamos algumas civilizações que se constituíram até a sua chegada.

As concepções políticas, econômicas e culturais dos ameríndios foram destruídas pelos invasores, que impuseram novas formas de organização da sociedade. Isso não se deu sem causar uma significativa **queda demográfica da população nativa**, estimulada principalmente pela combinação de três fatores:

- ❑ as **guerras de conquista**, nas quais os europeus se impuseram pela força das armas, causando a dizimação de milhares de indígenas. Além disso, os invasores também souberam fomentar as rivalidades existentes entre os indígenas com o intuito de favorecer a conquista, se aliando a certos povos para conquistar adversários.
- ❑ a **disseminação de doenças** até então inexistentes em solo americano, como a gripe e o sarampo, das quais os indígenas não dispunham de imunidade biológica ou meios para promover a cura de seus enfermos;
- ❑ a **exploração de sua mão de obra**, por meio de trabalhos forçados, culminando na escravização de diversos nativos.

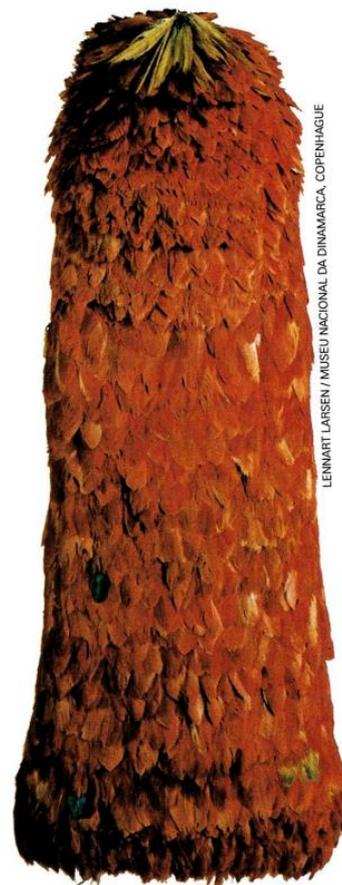
6.1. Os povos indígenas da América Portuguesa em 1500

Quando a frota de Cabral alcançou a América, em 1500, centenas eram os povos indígenas que ocupavam a região atribuída a Portugal pelo Tratado de Tordesilhas. Contudo, quatro famílias linguísticas eram preponderantes: os tupi (ou tupi-guarani), os jê, os caraíba e os arauaque. Contudo, também coexistiam outros grupos linguísticos, como os tucano, ao noroeste, os pano, a oeste, e os charrua, ao sul. Estima-se a população indígena entre 2 e 4 milhões neste período.



Embora elas guardem diversas especificidades, podemos listar algumas características comuns dos povos que habitavam o território que atualmente conhecemos como Brasil:

- ❑ A maioria dos indígenas vivia em **aldeias de curta duração**: devido à ausência de animais domesticáveis na América do Sul e das florestas inadequadas para cultivo por longos períodos, eram constantes os deslocamentos populacionais para áreas mais ricas em víveres.
- ❑ As atividades dos indígenas incluíam a **caça e pesca**, atividade desenvolvida principalmente pelos homens, e a **coleta** de frutos e **cultivo de pequenas roças**, tidas como tarefas femininas. Mandioca, amendoim, inhame, algodão, frutas e castanhas eram alguns produtos cultivados.
- ❑ As habitações coletivas erguidas nas aldeias, chamadas de **ocas**, eram cabanas feitas de madeira entrelaçada por cipós e recobertas com sapé. Poderiam apresentar tamanhos e formas variadas.
- ❑ Ao contrário do que costumamos ouvir dizer, os indígenas tinham – e ainda tem – noção de propriedade. Alguns bens de produção, como arcos e flechas, machados e facões, costumavam ser encarados como propriedade individual. A terra, no entanto, era um bem de uso coletivo.
- ❑ Tinham suas próprias lendas, deuses, mitos e cerimônias para dar significado ao mundo. Geralmente era a figura do **pajé** a responsável pela ligação dos indígenas ao plano espiritual, além de promover a cura para diversas doenças.
- ❑ As famílias, e em maior escala, as aldeias, eram comandadas por um chefe. Essa posição era geralmente obtida pelas habilidades como guerreiro, pela oratória ou a partir da vastidão de filhos ou parentes. Contudo, não era uma posição que dispunha de grandes poderes, afinal estamos falando de **sociedades igualitárias**.
- ❑ As manifestações artísticas destes povos se manifestavam em **objetos utilitários**, como vasos, remos, cestos e pás, mas também em **objetos de adorno ou cerimoniais**, como mantos, diademas, máscaras e cocares. Uma grande variedade de matérias-primas era utilizada na confecção destes objetos, incluindo conchas, ossos, dentes, plumas, madeiras, cortiças, fibras, palhas, cipós e sementes.



LENNART LARSEN / MUSEU NACIONAL DA DINAMARCA, COPENHAGUE

Figura 11 - Manto tupinambá, produzido no século XVII, é um dos exemplares da rica arte plumária dos povos indígenas na América Portuguesa. Fonte: GRAÇA PROENÇA. História da arte. 17ª ed. São Paulo: Ática, 2018. p. 127.

6. Brasil Colônia (1530–1815)

Em 1530, Portugal deu início a esforços para colonizar a América Portuguesa. Dentre os aspectos que contribuíram para isso, podemos destacar:

- ❑ **A descoberta de ouro e prata na América Espanhola** → A notícia de que os espanhóis haviam encontrado metais preciosos em seus domínios no Novo Mundo chegou aos ouvidos dos portugueses, que passaram a acreditar que as mesmas riquezas poderiam ser encontradas no Brasil.
- ❑ **As invasões e ataques de expedições estrangeiras** → Muitos navios desembarcavam clandestinamente na América Portuguesa em busca de riquezas, sobretudo o pau-brasil. Para facilitar o contrabando da madeira, franceses chegaram a formar uma aliança com os tupinambás, ameaçando o domínio dos lusos.
- ❑ **A crise no comércio de especiarias** → A partir de 1530, o negócio com as Índias já não se mostrava tão lucrativo para os portugueses, o que os leva a redirecionar olhares para o Brasil, em busca de novas fontes de riquezas.

6.1. As capitanias hereditárias (1534)

Em dezembro de 1530, uma expedição comandada por **Martim Afonso de Souza** partiu de Lisboa rumo a América Portuguesa, com o objetivo de dar início à ocupação da terra e de sua exploração, combater contrabandistas de pau-brasil, procurar metais preciosos e mapear o litoral dos domínios portugueses. Historiadores consideram a viagem **marco inicial do processo de colonização do Brasil**.

No dia 22 de janeiro de 1530, Martim Afonso fundou **São Vicente, a primeira vila do Brasil**, em um local próximo da porção sul da América Espanhola. Dessa maneira, objetivava-se não somente conter a penetração de invasores castelhanos, mas interferir em seu monopólio sobre a região do Prata, utilizada para o escoamento de riquezas minerais extraídas do interior do continente. Martim Afonso também foi o responsável pela **introdução das primeiras mudas de cana de açúcar no continente**, além de criar o primeiro engenho para a produção de açúcar.

Em 1534, a Coroa portuguesa replicou o sistema de colonização empregado nas ilhas de Açores e da Madeira na América, denominado **capitanias-hereditárias**. O território foi dividido em extensas faixas de terras, as capitanias, e entregues a particulares para que pudessem povoá-las.

Os capitães-donatários, todos fidalgos, funcionários da Coroa e comerciantes portugueses, eram encarregados de proteger o território de invasores estrangeiros, explorá-lo economicamente e exercer o poder de justiça. A posse da terra era hereditária, ou seja, passava de pai para filho.



Os capitães-donatários recebiam a capitania por meio da **Carta de Doação**, documento que oficializava a posse da terra. Isso não significa dizer que eles eram proprietários, mas que dispunham da posse da terra, que continuava a ser do rei de Portugal.

Os privilégios e deveres dos donatários eram delimitados por um documento denominado **Foral**. Para incentivar o povoamento do território, eles poderiam conceder **sesmarias**, porções de terras entregues à colonos, os chamados de sesmeiros, com a condição de que pagassem tributos e cumprissem certas obrigações. Este sistema de doação de terras permaneceu até 1850, e está relacionado ao fenômeno da **concentração fundiária** que marcou boa parte da História do Brasil.

Vejamos um pouco mais sobre os privilégios e obrigações dos donatários:



Figura 12 - O sistema de capitâncias-hereditárias. Fonte: ARRUDA, José Jobson de A. Atlas histórico básico. 17ª ed. São Paulo: Ática, 2008, p. 20.

PRIVILÉGIOS	OBRIGAÇÕES
<div data-bbox="132 1288 252 1503"> </div> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Criar vilas e distribuir terras (sesmarias) a quem desejasse e pudesse cultivá-las. ▪ Exercer a plena autoridade judicial e administrativa. ▪ Por meio da chamada “guerra justa”, escravizar os indígenas considerados inimigos, obrigando-os a trabalhar na lavoura. ▪ Receber 5% dos lucros sobre o comércio do pau-brasil. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Assegurar ao rei de Portugal: <ul style="list-style-type: none"> ▪ 10% dos lucros sobre todos os produtos da terra; ▪ 25% dos lucros sobre metais e as pedras preciosas que fossem encontrados; ▪ o monopólio da exploração do pau-brasil.

Fonte: COTRIM, Gilberto. História global. 11ª ed. São Paulo: Saraiva, 2016. p. 281.

Contudo, vale destacar que a maioria dos donatários sequer tomou posse de seus domínios na América, enquanto outros não lograram êxito em lidar com tantas atribuições em territórios tão vastos. Os **elevados custos** demandados para a exploração das terras fizeram com que muitos desanimassem do empreendimento, ao mesmo tempo em que a **resistência dos indígenas** dificultava a ocupação da América Portuguesa. Em 1546, o donatário da capitania da Bahia Francisco Pereira Coutinho, conhecido como Rusticão devido ao trato violento dado aos nativos, foi devorado por tupinambás após sofrer um naufrágio nas proximidades de Itaparica.

Podemos dizer que das 15 capitanias-hereditárias, prosperaram principalmente **São Vicente**, de Martim Afonso de Souza, e **Pernambuco**, de Duarte Coelho, ambas devido ao cultivo da cana-de-açúcar. O fracasso do sistema administrativo levou a Coroa a **conciliá-lo**⁴ com outra estrutura, o governo-geral.

6.2. O governo geral (1548)

Em 1548, o rei D. João III criou o cargo de **governador-geral**, figura que **centralizava a administração colonial** ao atuar como intermediador entre donatários e a metrópole, além impulsionar do processo de colonização. A capitania da Bahia foi escolhida como sede do governo-geral, pois se localizava em uma região central da América Portuguesa, facilitando a comunicação com as demais capitanias. No dia 1º de maio do ano seguinte, foi iniciada a **construção de Salvador**, a primeira capital do Brasil.

A centralização perpassava pela retirada de atribuições e autonomia de fazendeiros e capitães-donatários, que até então personalizavam a autoridade da vida política colonial. Nomeado pelo próprio Rei, o governador-geral contava com diversas atribuições:

- **Militares** → Comando militar e defesa da colônia;
- **Administrativas** → conduzir as finanças da América Portuguesa e manter um diálogo com os capitães-donatários;
- **Judiciárias** → Nomear os quadros da Justiça na colônia, além de resguardar o direito de alterar penas;
- **Eclesiásticas** → Nomear sacerdotes para as paróquias.

O governador-geral também contava com um quadro auxiliares:

- **Ouvidor-mor** → responsável pela aplicação da Justiça;
- **Provedor-mor** → responsável pela administração fazendária colonial;
- **Capitão-mor** → responsável pela defesa militar da costa.

Apesar da tentativa de centralização político-administrativa da colônia, a autoridade dos governadores-gerais por vezes era contrariada por grandes fazendeiros e donatários. Aos poucos, essas lideranças obtiveram a prerrogativa de criar espaços de governança local, as **Câmaras Municipais**. Sua função era atender demandas de sua localidade, como abastecimento da vila e organizar expedições contra indígenas, além de aplicar as leis vigentes na colônia. Os vereadores eram conhecidos como "**homens-bons**", sempre detentores de grande influência política e poder econômico.

⁴ Essa conciliação perdeu até 1759, quando foram extintas as últimas capitanias-hereditárias.





A seguir, vejamos alguns pontos sobre os primeiros três governadores-gerais do Brasil.

GOVERNADORES-GERAIS	REALIZAÇÕES
Tomé de Souza (1549-1553)	<ul style="list-style-type: none">▪ Fundação de Salvador (1549)▪ Criação do primeiro bispado do Brasil (1551)▪ Implantação da pecuária, incentivo à monocultura do açúcar, busca por metais preciosos no interior do território.▪ Trouxe consigo jesuítas encarregados de catequizar os nativos indígenas.
Duarte da Costa (1553-1558)	<ul style="list-style-type: none">▪ Vinda de novos jesuítas, entre eles, o padre José de Anchieta. Durante seu governo, foi criado o Colégio de São Paulo.▪ Com apoio dos tupinambás, os franceses invadiram a baía de Guanabara e fundaram um povoamento batizado de França Antártica (1555-1567)
Mem de Sá (1558-1572)	<ul style="list-style-type: none">▪ Franceses expulsos do Rio de Janeiro, graças ao apoio de seu sobrinho, Estácio de Sá.▪ Dizimou diversos núcleos de resistência indígena.

OBS → Após o governo Mem de Sá, Portugal decidiu criar dois governos na América Portuguesa: o governo do Norte, sediado em Salvador, foi chefiado por Luís de Brito de Almeida, enquanto o do Sul foi exercido pelo desembargador Antônio Salema. Essa bipartição não apresentou os resultados esperados pela Coroa, que em 1578 restabeleceu um único governo-geral, em Salvador.

As invasões francesas e os ataques ingleses no Brasil

Em 1555, os franceses invadiram a América Portuguesa e fundaram o forte Coligny, em uma das ilhas da baía de Guanabara, Rio de Janeiro. A colônia francesa, chamada de **França Antártica**, durou apenas cinco anos, sendo derrotada pelo terceiro-governador geral, Mem de Sá, em 1560. Os invasores, contudo, continuaram a intervir na região com o intuito de participar do comércio de pau-brasil.

Em 1612, Daniel de la Touche comandou uma ofensiva na região do Maranhão, onde fundou a cidade de São Luís, sede da colônia nomeada de **França Equinocial**. O novo empreendimento se estendeu nos três anos seguintes, quando os portugueses conseguiram expulsar os invasores do Brasil.

Além das investidas francesas, o Brasil também lidou com a atividade de corsários ingleses ao longo de sua costa. Ao final do século XVI, aventureiros como Thomas Cavendish (o terceiro a dar a volta ao mundo) e Antony Knivet promoveram ataques a Ilha Grande, no Rio de Janeiro, e no porto de Santos, em São Vicente.





Figura 13 - Casarão em estilo colonial em São Luís do Maranhão. Fonte: Shutterstock.

7. O Brasil do açúcar

A técnica de solidificação e cristalização da cana-de-açúcar foi desenvolvida na Índia, provavelmente por volta do século V. Contudo, a Europa só tomaria contato com o açúcar a partir da conquista da Península Ibérica pelos árabes, a partir do ano de 711.

Tempos depois, diante do fluxo constante de pessoas e mercadorias gerado pelas Cruzadas, o açúcar passou a ser uma **especiaria** cobiçada pelas elites europeias. Seu valor de mercado chegava a ser tão alto, que reis e nobres registravam as quantidades que dispunham em testamento, e dotes de princesas eram pagos com o produto.

No século XVI, a produção de açúcar ganhou espaço na Europa do Mediterrâneo, em especial na região da Sicília e na parte da Península Ibérica ocupada pelos mouros. Com as Grandes Navegações, o cultivo da cana também alcançou o continente americano, sendo enviadas as primeiras mudas em 1492, na segunda viagem de Colombo.

Portugal não ficou de fora deste lucrativo negócio. Por volta de 1425, a cana sacarina foi introduzida na Ilha da Madeira, a partir de mudas importadas da Sicília pelo Infante D. Henrique. Em 1530, mais de um século depois, **as primeiras mudas chegaram ao Brasil na expedição de Martim Afonso de Souza**, responsável pela criação do primeiro engenho de açúcar na colônia.

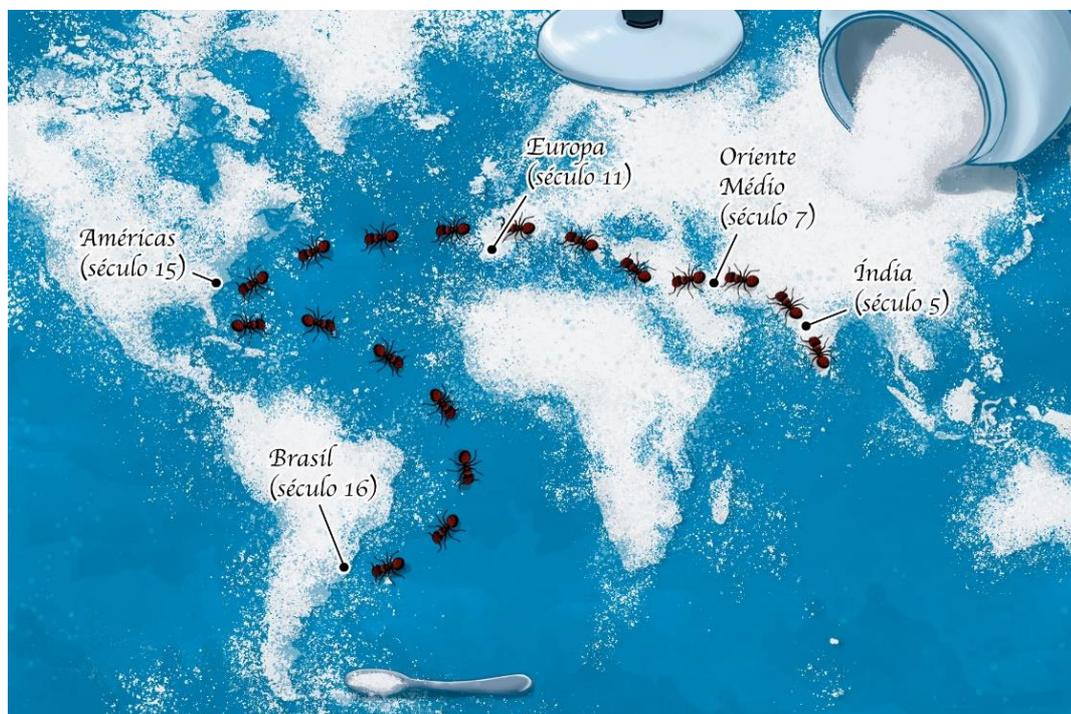


Figura 14 - A expansão do açúcar pelo mundo. Adaptado de: Quando surgiu o açúcar? Superinteressante, São Paulo, 04 jul. 2018. Disponível em: < <https://super.abril.com.br/mundo-estranho/quando-surgiu-o-acucar/>>. Acesso em: 26 abr. 2019.

Apesar do esforço em se difundir a produção de açúcar por toda a Colônia, as constantes fugas indígenas e a campanha de oposição à sua escravização, promovida pelos jesuítas, contribuíram para que a atividade econômica só prosperasse em duas capitânicas: Pernambuco e São Vicente. Com o passar dos anos, a produção de açúcar se estabeleceu definitivamente no **litoral da região nordeste**, graças ao **solo massapê** e o **clima quente e úmido**, favoráveis para o cultivo da cana. Com isso, o Brasil se tornou o **maior produtor mundial de açúcar**, chegando a atingir 350 mil arrobas em 1584.

Inicialmente, a palavra engenho era utilizada para denominar o instrumento utilizado para a moagem da cana, mas com o passar do tempo, passou a significar toda a **unidade de produção açucareira**, desde a lavoura de cana até as construções erguidas para o fabrico do açúcar. Durante séculos, a obtenção deste produto se deu a pela adoção do sistema de **plantation**, baseado nos seguintes elementos:

- ❑ **Monocultura** → Como o próprio nome sugere, a exploração do solo era voltada para o cultivo da cana sacarina, utilizada para a manufatura do açúcar. Toda a produção da Colônia era voltada para o mercado europeu.
- ❑ **Latifúndio** → Imensas extensões de terras eram reservadas à produção açucareira, sob a responsabilidade de único proprietário, o senhor de engenho.
- ❑ **Escravidão** → Para o desempenho de todas as etapas de produção do açúcar, a mão de obra utilizada era majoritariamente escravizada. Na boa definição do **padre italiano André João Antonil**, os escravos eram “as mãos e pés do engenho”.

Muitos engenhos se utilizaram da **mão de obra indígena**, adquirida por expedicionários que se embrenhavam pelas matas ou invadiam aldeamentos jesuítas.

Embora a escravização dos nativos jamais tenha desaparecido, ao final do século XVI muitos engenhos passaram a comprar **escravizados trazidos da África**, geralmente das partes nas quais foram instalaram feitorias pelos lusos durante as Grandes Navegações.

Escavidão indígena e africana

Por muito tempo, alguns historiadores atribuíram a substituição da mão de obra indígena pela africana devido a incapacidade do primeiro de adaptar-se à lógica escravista. Esse raciocínio pode nos levar a duas conclusões equivocadas: a de que os indígenas eram preguiçosos, ou mesmo que os africanos já estavam acostumados com a escravidão!

Na verdade, tanto indígenas quanto africanos não foram passíveis diante do processo de escravização, recorrendo, por isso, a diversas formas de resistência. A explicação para a substituição da mão de obra está no fato do projeto colonial luso na América também dispor de uma **dimensão religiosa**, afinal a catequização dos nativos era vista como uma das prioridades da Coroa. Os indígenas também eram considerados súditos do rei, e apesar de sua escravização ser algo imoral, a prática permaneceu durante todo o período colonial – e por isso, constantemente denunciada à Coroa pelos jesuítas.

Já o comércio de cativos africanos não era questionado pelas ordens religiosas, além de ser menos dispendioso para os senhores de engenho. A partir do século XV, algumas tribos daquele continente se aliaram aos portugueses, fornecendo seus prisioneiros de guerra em troca de mercadorias como armas, pólvora, tecidos e tabaco.

Em relação a estrutura do engenho, podemos destacar as seguintes construções:

- A **casa-grande**, local de habitação do senhor de engenho, sua família e uma grande quantidade de agregados. Além disso, era símbolo dos poderes econômico, social e político desses senhores que formavam a “aristocracia do açúcar” na Colônia. Veja o que dizem as historiadoras Lilia Schwarcz e Heloisa Starling sobre eles:

Ser nobre na colônia

O que definia a nobreza no Brasil era o que ela não fazia. Dedicar-se ao trabalho braçal, cuidar de uma loja, atuar como artesão e demais atividades eram coisas para gentios ou cativos. Talvez por isso persista aqui um preconceito contra o trabalho manual, considerado símbolo de atividade “inferior” e menosprezada. Já os “nobres” deveriam viver do rendimento de aluguéis e de cargos públicos. Melhor ainda, se o capital permitisse, era ser proprietário de engenho e se cercar de um grande número de agregados, parentes e criados. Capital, domínio, autoridade, posse de escravos, dedicação à política, liderança sobre vasta parentela, constituíram-se nas metas desse ideal de nobreza, que dominava a sociedade colonial. Tal modelo idealizado perdurou durante todo o período açucareiro, criando uma sociedade patriarcal pautada num padrão de família estendida. Se a família biológica era o núcleo do engenho, fazia parte do cabedal de um senhor contar e suprir agregados, parentes, criados e escravos.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. Brasil: uma biografia. São Paulo: Companhia das Letras, 2015. p. 68.





Figura 15 - Funcionário público saindo de casa com a família, gravura de Jean-Baptiste Debret, 1835.
Fonte: Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin

- ❑ A **capela**, local onde aconteciam batismos, casamentos e missas. Tratava-se do centro da vida social dos engenhos.
- ❑ A **senzala**, grande galpão utilizado para trancafiar os escravos durante a noite. Costumavam ser locais insalubres, onde não raro seus habitantes eram presos pelas mãos e braços, além de dormirem em chão de terra batida.

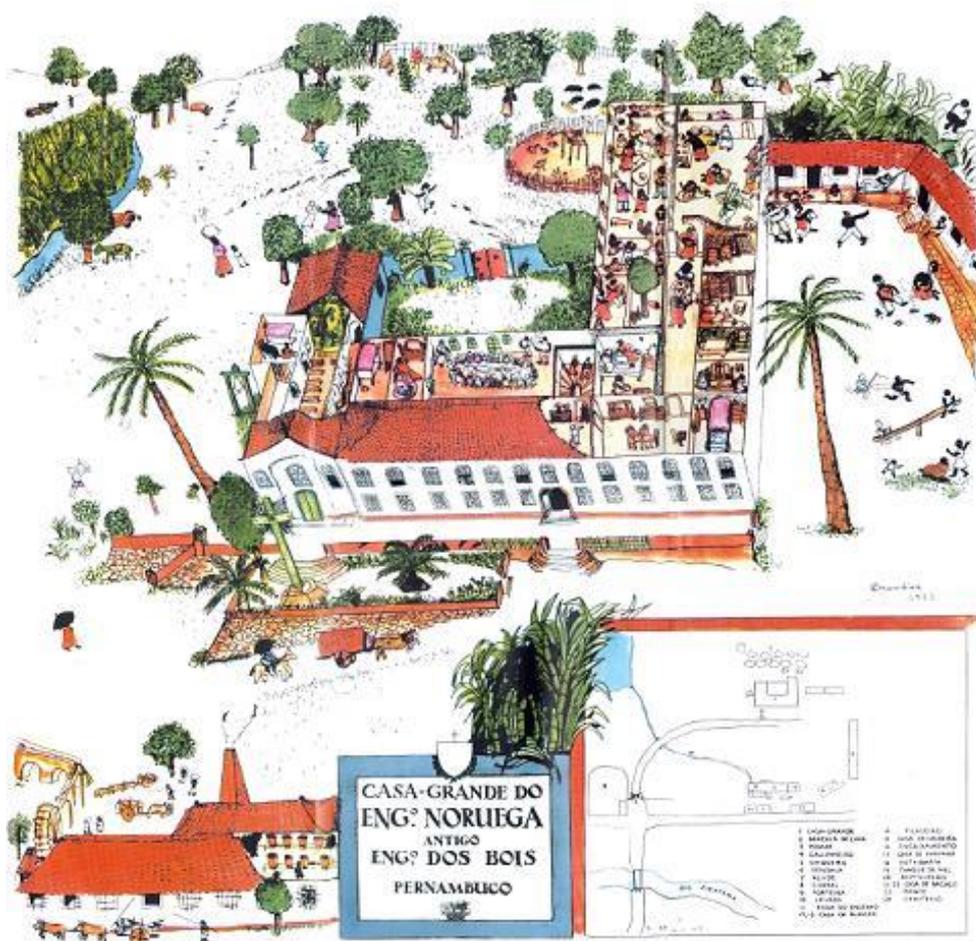
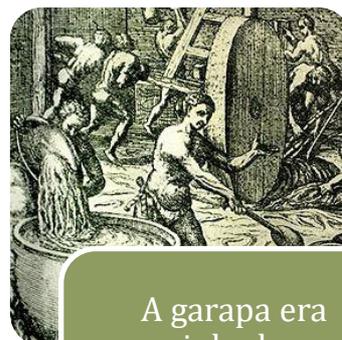


Figura 16 - Representação do engenho Noruega, por Cícero Dias, 1933.

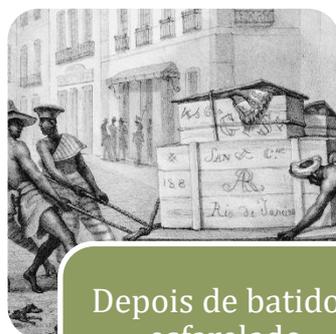
Havia também outros espaços no engenho, destinados à fabricação do açúcar. Aqueles que eram movidos por tração animal eram chamados de **trapiches**, enquanto os que utilizavam a força hidráulica eram denominados de **reais**. O processo de produção incluía os seguintes passos:



Depois do plantio e da colheita, a cana era levada para a **moenda**, onde era prensada até ser extraído seu caldo, chamado de **garapa**.



A garapa era encaminhada para a **casa das fornalhas**, onde era cozinhada até se tornar um líquido mais espesso, o **melaço**.



Depois de batido e esfarelado, somente o açúcar branco era encaixotado e enviado para a Europa.



O melaço era enviado para a **casa de purgar**, onde era colocado em formas de barro por quarenta dias. Após a secagem, se obtinham três tipos de açúcar: o branco, o mascavo e o escuro.

Para Portugal, era importante que se mantivesse o **exclusivo metropolitano** (ou pacto colonial), que fazia com que as atividades econômicas desenvolvidas na América Portuguesa gerassem rendimentos unicamente para a Coroa, não sendo permitido aos colonos o comércio com as demais nações europeias. Não nos esqueçamos que o Brasil também fazia parte da lógica **mercantilista**, que tinha entre suas práticas econômicas o colonialismo.

Contudo, não dispondo de condições para realizar o refino do açúcar na Colônia ou na metrópole, os portugueses foram forçados a permitir a entrada de outros atores no comércio do produto: os holandeses. Ao adquirirem o produto de senhores de engenho no Nordeste,

encaminhavam caixotes do produto para os Países Baixos, onde o açúcar era refinado, e de lá comercializado para as demais regiões da Europa.

Dessa maneira, o monopólio do comércio do açúcar escapava das mãos dos portugueses devido à forte presença holandesa nessa atividade, que também era responsável pela concessão de créditos aos senhores de engenho. Além disso, Amsterdã, Gênova, Londres e Hamburgo se destacavam como os maiores centros comerciais do período, o que tornavam os lusos incapazes de fixar o preço do produto neste mercado globalizado.

Cachaça e rapadura

Dois produtos eram derivados da atividade açucareira dos engenhos: a cachaça e a rapadura. Esta era o açúcar duro e escuro obtido na casa de purgar, que por não ter valor comercial no mercado europeu, era utilizada para adoçar os paladares dos senhores de engenho, ou para a alimentação dos escravos.

Já a cachaça, bebida de alto teor alcoólico obtida a partir do melaço, era tão popular entre os habitantes da colônia, que a Coroa tentou proibir a sua comercialização, a fim de que fossem favorecidos a importação de seus vinhos. A decisão, contudo, não foi adiante, afinal o produto era **utilizado como escambo na aquisição de escravizados da África**, a ponto de superar o açúcar como principal produto exportado no Rio de Janeiro do século XVIII.



Figura 17 - Negras libertas vivendo de seu trabalho. Negras vendedoras de sonhos, um doce chamado manoé, e aluá, uma espécie de aguardente. Fonte: Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin.

7.1. A União Ibérica e o Brasil Holandês (1630-1654)

Em 1578, o rei português D. Sebastião foi morto em combate contra os árabes no Marrocos, durante a Batalha de Alcácer-Quibir. Ele foi sucedido pelo tio-avô, D. Henrique, que falece dois anos depois e sem deixar herdeiros diretos. A partir daí, inicia-se uma disputa pela sucessão do trono de Portugal, da qual saiu vitorioso o monarca de Espanha, Filipe II. Dessa maneira, ele se torna rei das duas monarquias ibéricas.



Dessa forma, o período que vai 1580 e 1640, quando os reis espanhóis acumularam as coroas dos dois Estados da península, ficou conhecido entre os historiadores como **União Ibérica**. Filipe II e seus sucessores não interviram na administração da América Portuguesa, mas impuseram aos lusos a necessidade de tomar como inimigos os holandeses, que recentemente haviam se tornado independentes da Coroa espanhola. Isso atrapalhava a participação desses estrangeiros no refino e comércio do açúcar.

Diante dessas mudanças, em 1624 os holandeses criaram a **Companhia das Índias Ocidentais**, a fim de obterem seus próprios territórios do outro lado do Atlântico. No início de maio, organizaram uma esquadra composta por 26 navios e 3.400 homens para **conquistar a cidade de Salvador**. Na época, ela era uma das mais importantes cidades da América, não somente por ser sede administrativa e religiosa da colônia, mas pelos rentáveis negócios do açúcar, tabaco e de escravizados praticados na região.

Em março de 1625, menos de um ano depois de conquista, Salvador foi retomada por uma armada luso-brasileira, levando os holandeses a se estabelecerem em Pernambuco, em 1630. Por 24 anos, os holandeses promoveram grandes transformações nos territórios conquistados, em especial durante a gestão de um jovem coronel alemão na Companhia, **Maurício de Nassau**.

Assim que pisou na capitania de Pernambuco, Maurício de Nassau começou a trabalhar para a recuperação da região. Engenhos abandonados por senhores que fugiram para a Bahia foram vendidos a crédito, o tráfico de escravos foi restabelecido, e a crise de abastecimento foi solucionada obrigando os proprietários a plantarem mandioca.

Embora calvinista, Nassau implantou a **liberdade religiosa**, permitindo católicos e judeus professarem livremente suas crenças, o que fez surgir a primeira sinagoga da América Portuguesa. Estes últimos, cabe destacar, eram extremamente envolvidos no negócio açucareiro, muitos financiadores ou proprietários de engenhos. Também promoveu melhorias urbanas em **Maurícia (Recife)**, tais como o calçamento de ruas e a construção de pontes, proibiu o descarte de lixo nas vias públicas e o despejo do bagaço da cana nos rios.

Por fim, ergueu dois grandiosos palácios, onde foram abrigados jardins e um zoológico com espécies nativas e de outras partes do mundo. Botânicos e médicos se dedicaram a estudar a fauna, flora e as doenças tropicais que assolavam os colonos, enquanto artistas patrocinados por Nassau registraram o cotidiano na colônia, suas paisagens e as populações indígenas. Tamanha era a empolgação do administrador com as posses holandesas na América, que se tornou conhecido como “O Brasileiro”.



Figura 18 - A Sinagoga Kahal Zur Israel, inaugurada em Recife durante a dominação holandesa, é a mais antiga das Américas. Fonte: Shutterstock.



Em 1644, Nassau foi forçado a regressar para os Países Baixos após desentendimentos com a Companhia das Índias Ocidentais, momento de início ao declínio do Brasil Holandês. No ano seguinte, diversas **guerras foram travadas entre luso-brasileiros e holandeses**, que culminaram na expulsão destes em 1654.

A chamada **Insurreição Pernambucana**, como ficou conhecida o banimento dos “invasores”, refletia as transformações do cenário externo naquele período: desde 1640, um movimento político levou ao trono luso D. João IV, o que deu fim à chamada União Ibérica. Assim sendo, os holandeses agora não mais ocupavam um território do inimigo espanhol nas Américas, mas portugueses.

Liderados por André Vidal de Negreiros e João Fernandes Vieira, um rico proprietário da região, os luso-brasileiros enfrentaram os holandeses por vários anos, incluindo **senhores de engenho insatisfeitos com os tributos cobrados pelos invasores**. Acompanharam os descontentes o negro Henrique Dias e o índio Filipe Camarão, o que levou muitos historiadores do passado a retratarem que a identidade brasileira se fundara naquele momento, a partir da “**união das três raças**” (branca, indígena e negra).

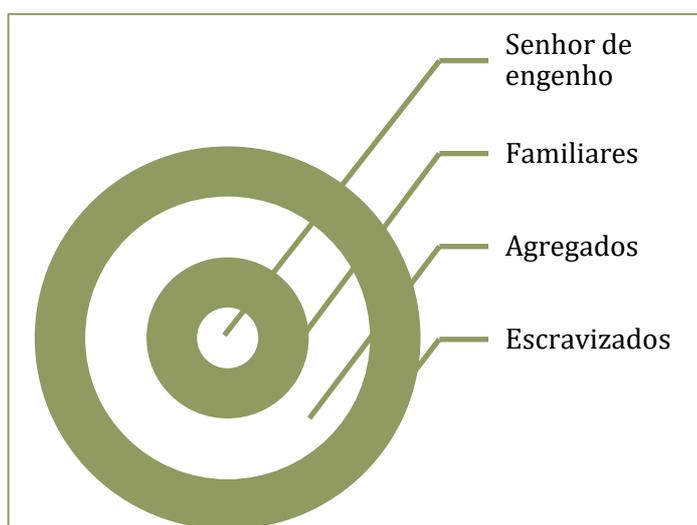
O marco para a criação dessa ideia de Nação teria sido a **batalha dos Guararapes**, ocorrida entre 1648 e 1649, da qual os “brasileiros” teriam sido vencedores. Contudo, trata-se de uma **versão romantizada**, afinal, os dois lados do conflito contaram com o apoio de senhores de engenho luso-brasileiros, escravizados, mestiços pobres e indígenas. Além disso, não havia o sentimento nacionalista entre os combatentes, algo que só seria desenvolvido a partir do século XIX.

Os batavos foram expulsos do Brasil, mas não excluídos do comércio do açúcar. Nas **Antilhas**, região central do continente americano, eles conseguiram produzir um produto mais barato e de maior qualidade que o luso-brasileiro, o que a médio prazo levou a crise do negócio açucareiro na América Portuguesa.

7.2. A sociedade do açúcar

Conforme já mencionamos, a sociedade do açúcar pode ser definida pela existência de duas construções em boa parte dos engenhos: a casa-grande e a senzala. No Nordeste açucareiro, os povoamentos eram bastante distantes entre si, e os ataques de indígenas constantes. Com isso, a vida girava no interior dos engenhos, onde seus senhores exerciam um grande poder sobre os demais habitantes de sua propriedade.

A casa-grande, como vimos, era a habitação do senhor de engenho, seus familiares e agregados. Ele não dispõe de



títulos de nobreza, mas o que o separa das demais camadas sociais é o fato de não exercer atividades braçais. Essa distinção era cotidianamente marcada por diversos elementos de seu cotidiano: a riqueza de suas roupas e ornamentos, o respeito demonstrado pelos seus subordinados, a mesa farta existente durante suas refeições.

Nessa sociedade, a presença de homens livres é bastante limitada, a ponto de nem chegarem a formar uma camada social própria. Alguns deles são os chamados mestres do açúcar, empregados nas casas de purgar dos engenhos, enquanto o feitor-mor é o encarregado da administração de toda a unidade de produção açucareira. Muitos homens livres realizavam ofícios diversos para os senhores de engenho, o que conferia a estes ampla influência política, econômica, social sobre vilarejos vizinhos à sua propriedade.

Em regiões onde a administração colonial não se fazia tão presente, era o poder dos grandes proprietários o que realmente regulava a vida dos habitantes da colônia. Essa organização da sociedade colonial fez com que desse início no Brasil um fenômeno denominado **mandonismo**, ou seja, o poder permanece concentrado nas mãos de grandes proprietários locais, e que por isso o exercem com intuito de satisfazer interesses pessoais, e não coletivos. Ao escrever o livro História do Brasil (1630), o franciscano Frei Vicente do Salvador observou este traço da sociedade brasileira: *“nenhum homem nesta terra é republico, nem zela ou trata do bem comum, senão cada um do bem particular”*.

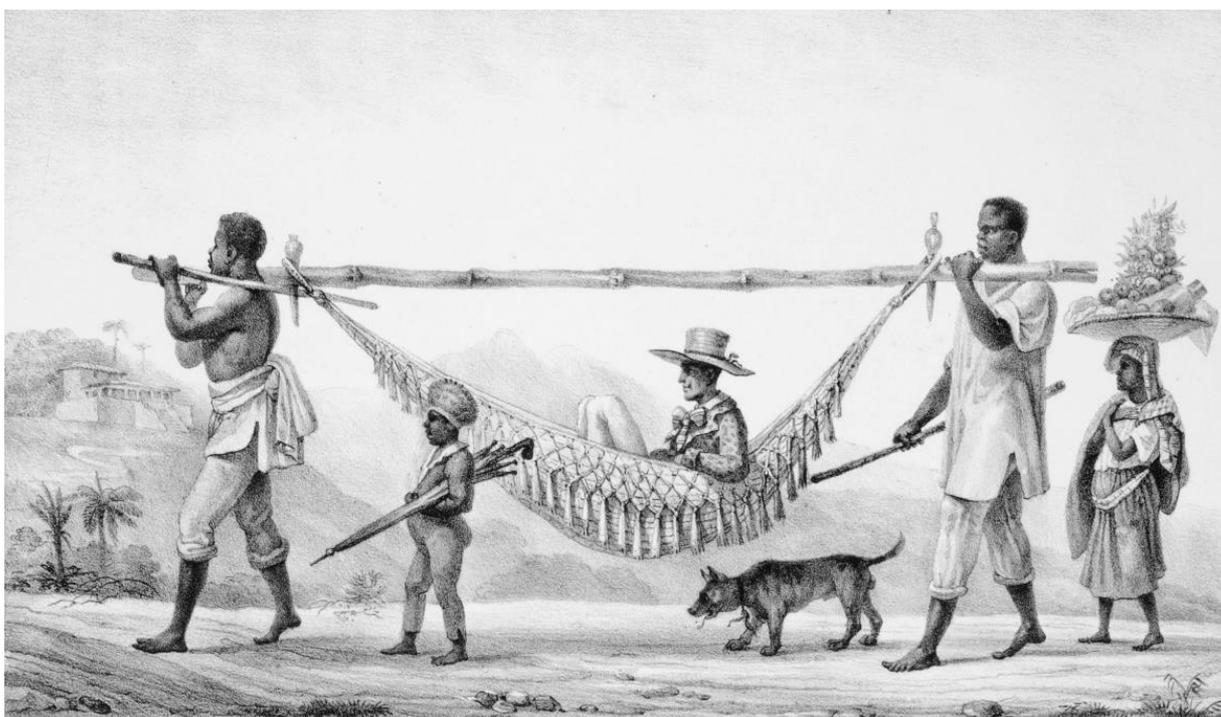


Figura 19 - O regresso de um proprietário, de Jean-Baptiste Debret. Fonte: Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin.

8. Escravidão e resistências

8.1. A escravidão indígena

Como vimos, as primeiras atividades econômicas na América Portuguesa se utilizaram de mão de obra indígena – primeiramente, pelo escambo, posteriormente, por meio da captura e escravização. A demanda por braços nos primeiros engenhos de açúcar fez com que muitos homens livres se dedicassem a organizar expedições partidas de São Paulo para a captura de indígenas, que as tornam conhecidas como **bandeiras de apresamento**. Segundo o historiador John Manuel Monteiro, o aumento da escravização dos “negros da terra”, como eram chamados os indígenas, foi um processo marcado por colaborações e resistências, mas que teve como principal consequência a dizimação em massa dos nativos por meio de **epidemias**.

Em meados do século XVI, treze padres da Companhia de Jesus fundaram o Colégio de São Paulo de Piratininga, com o objetivo de disseminar a fé católica pelo território colonial. A partir dali, tentou-se implantar um projeto de **aldeamentos**, ou seja, comunidades onde eram reunidos indígenas de etnias diversas, a fim de que lhes fossem ensinadas a língua portuguesa, a fé católica e trabalhos manuais e artesanais. Coordenadas pelos padres da Companhia, essas comunidades se espalharam por diversas partes da América Portuguesa, sendo chamadas de **missões jesuíticas**, ou **reduções jesuíticas**. Muitos de seus organizadores se dedicaram a aprender algumas línguas nativas, o que facilitou o processo de **aculturação**⁵.

Em 1570, uma normativa real regulamentou o cativo indígena, que só poderia ser realizado por meio de “**guerra justa**”, ou seja, a partir dos conflitos autorizados pela Coroa ou pelo governador contra os povos hostis ao projeto colonizador. A exceção desses “inimigos” e outros casos particulares⁶, todos os demais indígenas eram considerados livres segundo a lei.

Os colonos, principalmente paulistas, não se limitaram a normativa, chegando a atacar missões jesuíticas em busca de nativos para serem escravizados e comercializados em São Paulo. Entre 1628 e 1630, **Antônio Raposo Tavares** organizou uma grande bandeira composta por brancos, mestiços e indígenas, responsável pelo aprisionamento de pelo menos 40 mil indígenas Guarani aldeados em uma missão jesuítica de Guairá, atual estado do Paraná. A fim de evitar novas incursões dos bandeirantes, os jesuítas deslocaram os remanescentes guaranis até Tape, no Rio Grande do Sul, onde uma nova redução foi criada.

8.2. A escravidão africana

“O Brasil é o inferno dos negros”, observaria padre Antonil, jesuíta que chegou na América Portuguesa em 1681. A escravidão africana saltava aos olhos de todos os recém-

⁵ Processo de modificação da cultura de um indivíduo, grupo social ou povo.

⁶ Também eram passíveis de escravização nativos supostamente salvos de rituais antropofágicos.



chegados na Colônia, afinal em regiões como o Recôncavo baiano, grande produtora de açúcar e fumo, mais de 75% da população era composta por cativos.

No continente africano, de onde foram traficados grandes contingentes humanos, a escravidão já existia antes da chegada dos europeus, mas em condições bem distintas da que observamos ao longo da Idade Moderna. Se a partir do século VII é possível constatar a existência de rotas destinadas ao comércio de escravizados ao Norte da África, monopolizadas por mercadores islâmicos, é preciso destacar que a **escravidão não era a base da economia local**. O escravo se restringia às atividades domésticas, e no caso das mulheres, no concubinato. Em boa parte das sociedades, os escravizados realizavam as mesmas tarefas que seus amos, podendo inclusive ser incorporados à família, mesmo que em condições distintas.

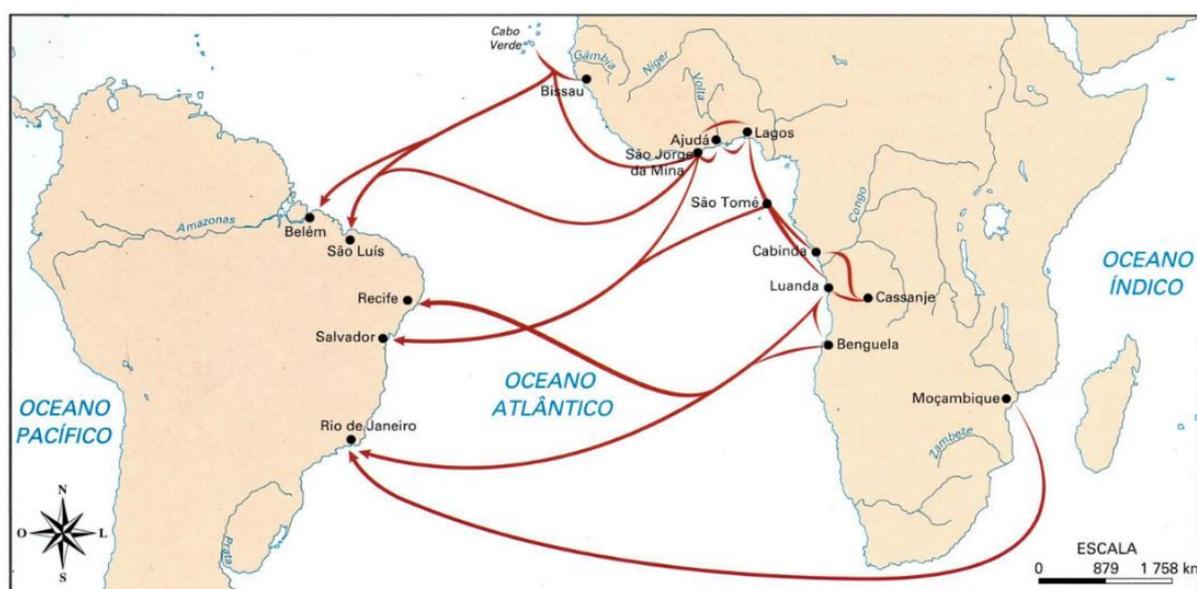


Figura 20 - Principais rotas do tráfico de escravizados no Atlântico.
Fonte: SOUZA, Marina de Mello e. África e Brasil africano. 2ª ed. São Paulo: Ática, 2007. p. 82.

Entretanto, quando os interesses dos lusos se voltaram para a produção e comércio do açúcar, primeiramente nas ilhas da Madeira, São Tomé e Cabo Verde; depois, na América Portuguesa, o **tráfico de viventes** foi encarado como fundamental.

Se utilizando de feitorias instaladas ao longo da costa africana desde a época das Grandes Navegações, os portugueses adquiriam escravizados a partir de alianças firmadas com povos nativos, participando das rivalidades existentes entre reinos e linhagens locais. Para estes, o comércio de humanos também se mostrava lucrativo, afinal lhes permitia o acesso a mercadorias trazidas pelos europeus que não existiam no continente, incluindo tabaco, cachaça, tecidos desconhecidos e armas. Além disso, a tecnologia bélica fornecida pelos recém-chegados conferia aqueles que a recebiam vantagens sobre os povos inimigos, que quando vencidos, eram escravizados e comercializados para os europeus em troca de mais mercadorias.

A árvore do esquecimento

Localizada no atual Benin, Uidá foi um dos mais importantes pontos de tráfico de escravizados na África entre os séculos XVII e XIX. Seres humanos eram mantidos nos chamados presídios até a data do embarque para as Américas, devendo percorrer uma distância de quatro quilômetros, com os pés acorrentados, até o litoral. Antes de se serem acomodados nas embarcações, ali era realizado um ritual: os escravizados homens deveriam dar nove voltas em torno de uma árvore, enquanto as mulheres deveriam dar nove. Enquanto faziam isso, deveriam se esquecer de sua vida na África, incluindo suas tradições e laços familiares e de amizade. Isso mostra que a escravidão era um processo que envolvia não somente a **despersonalização** dos indivíduos, que passam a ser vistos como mercadorias, mas também sua **desassociação**.

As embarcações de traficantes, chamadas não por acaso de “**tumbeiros**”, permaneciam por meses atracadas na costa, e quando finalmente completavam a carga humana, embarcavam rumo às Américas, em uma viagem que durava em média 35 dias. Uma caravela portuguesa chegava a transportar até 500 escravizados, alimentados apenas uma vez ao dia, em muitos casos apenas com azeite e milho cozido. Devido a dieta pobre em vitamina C, muitos deles desenvolviam o escorbuto, que por isso ficou conhecida como “mal de luanda”.

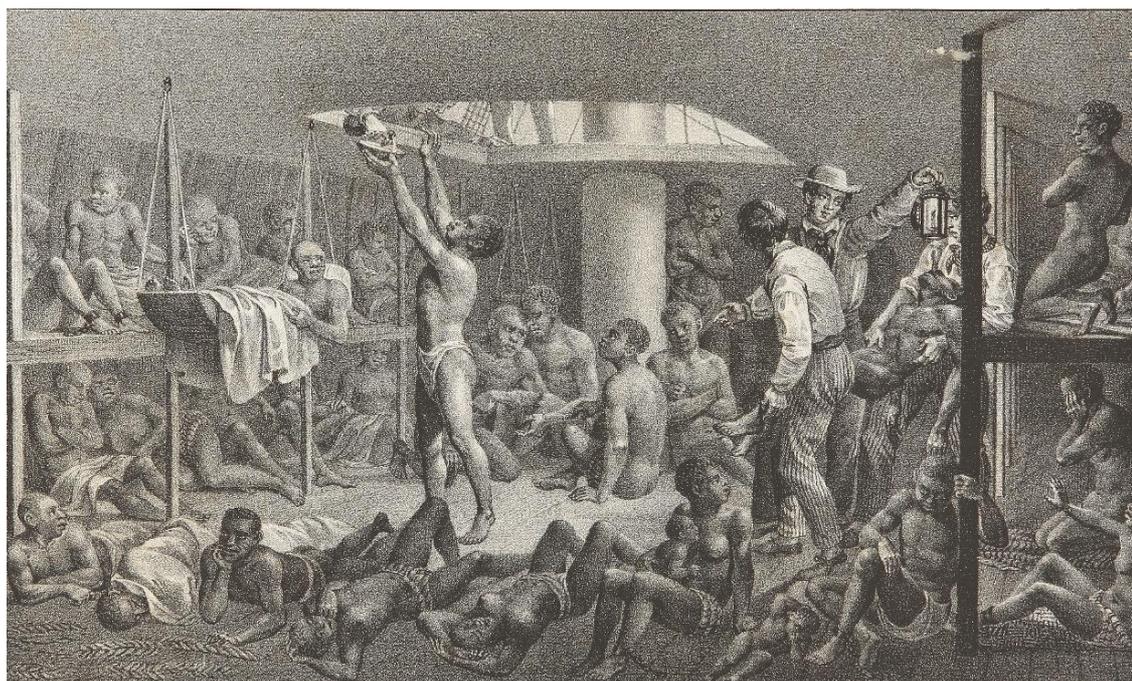


Figura 21 - O navio negreiro, gravura de Johann Moritz Rugendas, 1830.
Fonte: Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin.

Ao alcançarem os portos brasileiros, os escravizados eram identificados pelas autoridades coloniais, cabendo aos traficantes pagar os impostos devidos. Caso não conseguisse comercializar suas “mercadorias” na alfândega, eram dirigidas para armazéns situados na região portuária, onde eram higienizadas para se tornarem mais atrativas para

compradores. Os senhores de escravos geralmente optavam pela compra de cativos vindos de pontos distintos da África, afinal as barreiras linguísticas dificultavam a organização de insurreições contra seu domínio.

Vocabulário da escravidão

Para diferenciar os tipos de escravizados existentes na América Portuguesa, algumas categorias foram elaboradas pelos colonizadores:

- **Boçal** → denominação utilizada para agrupar escravizados recém-chegados da África.
- **Ladino** → escravizado que entendia a língua portuguesa e a rotina de trabalho na Colônia.
- **Crioulos** → escravizados nascidos no Brasil e que tinham o português como primeira língua.

Cabe destacar que a maioria dos escravizados trazidos para o Brasil eram **bantos** (ou nagôs), denominação utilizada para tratar dos grupos originários da África Central, sobretudo Angola e Congo; e **sudaneses**, provenientes das regiões de Daomé (Benin), Nigéria e Guiné.

Uma vez instalados nas fazendas, os escravos eram submetidos a extensas e exaustivas jornadas de trabalho, em muitos casos desenvolvendo atividades extremamente maçantes. Castigos públicos, tais como o tronco e o uso da chibata, eram constantemente aplicados, a fim de que essas populações fossem mantidas sob constante medo. Os suplícios geralmente eram realizados pela figura do **feitor**, homem livre responsável pela administração das atividades desempenhadas pelos escravos na propriedade.

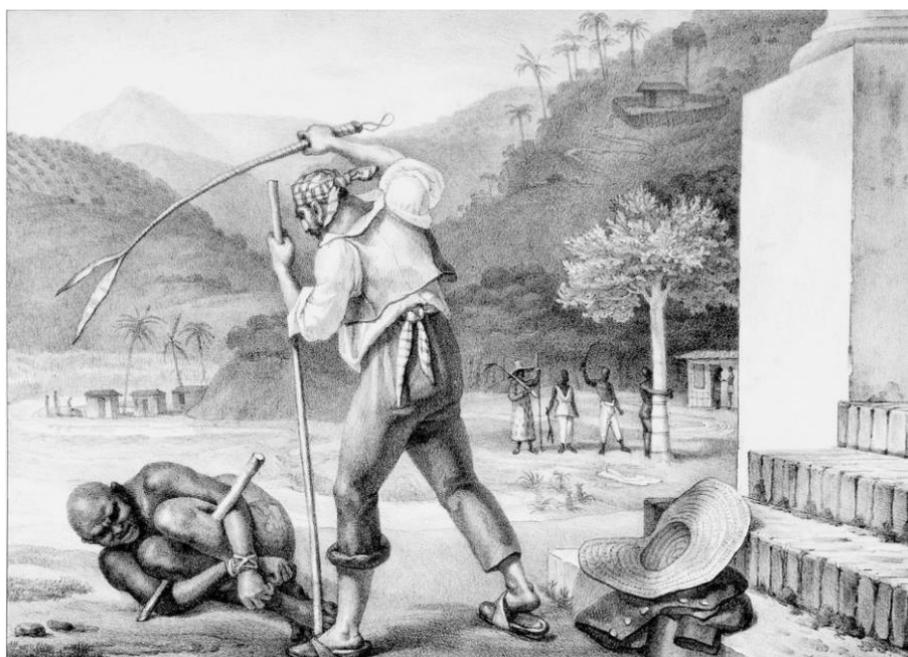


Figura 22 - Feitores castigando negros, por Jean-Baptiste Debret, 1835.

As atividades do engenho eram extremamente insalubres. Não eram raros os casos de escravos que decepavam membros nos tambores da moenda, ou queimavam seus membros nas escaldantes caldeiras da casa de purgar. Por alcançarem temperaturas insuportáveis, o trabalho nas fornalhas era reservado aos escravizados mais insubordinados.

Segundo o padre Antonil, aos escravos do Brasil eram reservados os três p's: pão, pau e pano, ou seja: alimento, castigo e vestimenta. Contudo, alerta o religioso que o primeiro e o último não eram garantidos com a mesma abundância que os castigos, aplicados com muito rigor e nem sempre com a culpa comprovada. A fome e a nudez, portanto, eram recorrentes nos engenhos da América Portuguesa.

Uma pequena parcela dos escravizados, composta principalmente por mulheres, convivia com seus senhores e seus familiares na Casa-grande, onde exerciam tarefas domésticas. Eram cozinheiras, arrumadeiras e amas de leite, que embora se alimentassem e se vestissem melhor, estavam sujeitas a um tipo diferente de violência daquela geralmente vista nos campos: a sexual.

8.3. Formas de resistência dos escravizados

Muitos africanos trazidos para o Brasil e seus descendentes lançaram mão de uma série de estratégias de reação à sua condição de escravizado, o que mostra que embora fossem considerados mercadorias, nunca foram vítimas passivas. A seguir, vejamos algumas formas de resistência à escravidão:

A forma de resistência mais lembrada até os dias atuais é certamente o **quilombo**, comunidades formadas por escravizados que escapavam de suas propriedades se estabeleciam novas formas de organização social no interior das matas. O termo surgiu em Angola, e era utilizado para denominar acampamentos militarizados de africanos, nos quais



Revoltas

Elas poderiam ocorrer ainda nos navios negreiros, ou mesmo nas fazendas. Ao longo dos séculos XVI e XIX, diversas insurreições de escravizados ocorreram no território brasileiro.

A maior delas foi a Revolta do Malês, que veremos em uma de nossas próximas aulas.



Fugas individuais ou coletivas

Após deixarem seus locais de trabalho, muitos escravizados se refugiavam nas cidades.

Alguns escravizados chegaram a organizar quilombos, comunidades formadas por escravizados que escapavam de suas propriedades se estabeleciam novas formas de organização social no interior das matas.



Negociações e confrontos

Muitos escravizados agiam boicotando a produção ou paralisando seus trabalhos. Contudo, outros buscavam espaços de negociação com seus senhores, com o intuito de obterem melhores condições de trabalho e sobrevivência.

o uso de magia e uma rígida disciplina faziam parte de seu cotidiano. Outro termo recorrentemente utilizado na época era **mocambo**, que significa esconderijo.

Para que essas organizações perdurassem, era preciso contar com uma extensa rede de solidariedade social, composta não somente por quilombolas, mas escravizados que permaneciam nas propriedades de seus senhores, ladrões, comerciantes e mascates. Dessa maneira, os quilombos se tornavam formas de resistência bem difíceis de serem combatidas pelas autoridades coloniais e senhores de escravos.

O **quilombo de Palmares** é certamente o mais conhecido por nós, afinal foi aquele que sobreviveu por mais tempo na América Portuguesa – ele começou a ser formado na Serra da Barriga, atual Alagoas, no início do século XVII, sendo totalmente destruído somente em 1694. Além disso, acredita-se que tenha sido o quilombo mais populoso do Brasil, alcançando uma população de 20 mil habitantes!

Palmares era uma confederação de comunidades, cada uma delas contendo um chefe principal, mas que também continham uma autoridade central, **Ganga Zumba**. Enquanto ocuparam a capitania de Pernambuco, os holandeses organizaram dois ataques à comunidade, mas não tiveram sucesso. A partir daí, a população palmarina começou a crescer cada vez mais, o que afrontava as autoridades coloniais e ameaçava o poderio e interesses econômicos dos senhores de engenho.

Após a retomada da região pelos portugueses, o governador Aires de Souza e Castro propôs um acordo de paz: Os quilombolas deveriam devolver escravos refugiados em Palmares para seus donos, recebendo em troca o status de súditos da Coroa e o reconhecimento do direito sobre a terra em que ocupavam. Embora Ganga Zumba tentasse colocá-lo em prática, o acordo enfrentou resistências do grupo de **Zumbi**, uma das lideranças das aldeias que compunham Palmares. Um duro embate se iniciou entre ambos, que culminou com a morte do primeiro por envenenamento.

Nos quinze anos que se seguiram à morte de Ganga Zumba, Zumbi liderou uma guerra contra as autoridades portuguesas, mas foram duramente massacrados por uma expedição liderada pelo bandeirante **Domingos Jorge Velho**, em 1694. Para que a destruição do quilombo e dos palmarinos servisse de exemplo para qualquer insurreição, a cabeça de Zumbi, àquela altura tido como imortal por muitos, foi exposta em um poste de uma praça pública de Recife.

8.4. O legado cultural africano no Brasil

A escravidão legou diversas contribuições culturais à nascente sociedade brasileira no período colonial, a ponto de podermos falar na formação de **culturas afro-brasileiras**. A seguir, serão destacados alguns desses elementos:



- **Vocabulário** → cochilar, caçula, dengo, cafuné, capanga, marimbondo, moleque, muvuca, tanga. Essas são algumas das diversas palavras incorporadas de culturas africanas que desembarcaram no Brasil e que enriqueceram a língua portuguesa.
- **Religiosidade** → para resistir aos esforços de cristianização de seus dominadores, os escravizados estabeleceram associações entre divindades e ritos cristãos e suas religiões africanas. Essas interrelações ficaram conhecidas como **sincretismo religioso**, e podem ser compreendidas como uma forma de resistência cultural. Vale lembrar que muitas religiões afro-brasileiras, como a umbanda e o candomblé, são totalmente brasileiras, na medida em que se formaram da mistura de crenças africanas e o catolicismo.
- **Capoeira, cantos e instrumentos musicais** → mistura de dança, luta, música e jogo, a capoeira foi produzida no Brasil por africanos e seus descendentes ao longo de séculos de colonização. Sua execução envolve cânticos que resgatam histórias e memórias africanas, além de fazer uso de instrumentos de origem africana, como **berimbaus** e **atabaques**.
- **Culinária** → diversos elementos gastronômicos africanos sobreviveram neste lado do Atlântico, se misturando a ingredientes e sabores brasileiros. São os casos do vatapá e acarajé, pratos que se utilizam do azeite de dendê, de origem africana, mas que também incorporam ingredientes locais.

9. Lista de Exercícios

9.1. Colégio Naval

1. (2019/Colégio Naval)

“Eu, ElRei, faço saber a vós, Tomé de Sousa, fidalgo de minha casa, que vendo eu quanto serviço de Deus e meu é conservar e enobrecer as Capitâneas e povoações das terras do Brasil e dar ordem e maneira com que melhor e mais seguramente se possam ir povoando, para exalçamento da nossa Santa Fé e proveito de meus Reinos e Senhorios, e dos naturais deles, ordenei ora de mandar nas ditas terras fazer uma fortaleza e povoação grande e forte, em um lugar conveniente, para daí se dar favor e ajuda às outras povoações e se ministrar justiça e prover nas cousas que cumprirem a meu serviço e aos negócios de minha Fazenda e a bem das partes.

Fonte: Regimento que levou Tomé de Sousa Governador do Brasil, Almerím, 17/12/1548, Lisboa, Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), códice 112, fls 1-9.

Sobre o texto, que é um importante marco da História do Brasil, é correto afirmar que representava

A) o objetivo da monarquia portuguesa de iniciar a colonização do Brasil cedendo territórios para que grupos particulares pudessem explorá-los a custa de seus próprios recursos, enquanto o governo atuaria como uma espécie de órgão regulador do que ficou conhecido como Capitâneas Hereditárias.



- B) a pretensão do governo português em promover a colonização efetiva do território brasileiro e de estimular a produção colonial, sendo um dos seus primeiros atos a construção de uma cidade para ser a capital da colônia, concretizada por Tomé de Sousa com a fundação de São Salvador em 1549.
- C) o desejo português de não investir recursos no território colonial do Brasil, permitindo que grupos privados construíssem feitorias com dois objetivos: a exploração do pau-brasil realizada a partir do escambo com os indígenas e a proteção das ameaças estrangeiras.
- D) o primeiro passo para o processo de povoamento da colônia, que previa a criação de uma capital estruturada no modelo espanhol de ocupação do território, além da construção de estradas e sistemas de coleta de esgoto em locais estratégicos, que serviriam de base para o surgimento de novas cidades.
- E) a ocupação efetiva do território colonial, principal mente após a descoberta de jazidas de ouro no interior da colônia, que demandou mais recursos do governo português para a defesa da região de invasores estrangeiros e de piratas que desejavam roubar as riquezas do Brasil.

2. (2019/Colégio Naval)

Observe a charge a seguir:



História do Brasil para Principiantes
De Cabral a Cardoso, 500 anos de Novela
Carlos Eduardo Novaes e César Lobo

A charge acima representa os primeiros anos logo após a chegada de Pedro Álvares Cabral ao Brasil.

É correto afirmar que entre as principais características desse período temos a

- A) extração do Pau-Brasil por meio do estanco (troca), onde os indígenas realizavam o corte da madeira e recebiam em troca objetos vistosos, mas de estimado valor, como espelhos, armamentos e tecidos diversos.
- B) extração das drogas do sertão por meio de trabalho escravo, pelo qual os exploradores aproveitaram para iniciar o processo de ocupação territorial do Brasil a partir da construção de feitorias.

- C) construção das primeiras feitorias com a finalidade de estimular a vinda de colonos para a produção de riquezas, como a cana de açúcar, e conseqüentemente efetivar a ocupação do território brasileiro garantindo a presença portuguesa.
- D) extração do Pau-Brasil por meio do escambo (troca), onde os indígenas realizavam o corte e o transporte da madeira recebendo em troca objetos de pouco valor, como espelhos, miçangas e instrumentos de ferro.
- E) distribuição das primeiras sesmarias, por meio de Estanco, aos donatários que estavam se instalando no Brasil, destacando-se, nesse processo, o arrendatário Fernando de Noronha, que se notabilizou na extração do Pau-Brasil.

3. (2007/Colégio Naval)

A chegada dos portugueses ao Brasil, além de ser o resultado de um processo administrado pela coroa Portuguesa no século XV conjuntamente com a nobreza e a nascente burguesia, também:

- a) auxiliou, entre outros aspectos, na consolidação e hegemonia portuguesa no Atlântico Sul.
- b) se transformou, de imediato, em uma alternativa mercantil ao comércio português no Oriente.
- c) demonstrou que o desvio da esquadra de Cabral seguia a mesma inspiração de Colombo para chegar às Índias.
- d) foi o resultado de uma reação de Portugal diante da concorrência dos mercadores italianos no Atlântico Ocidental.
- e) tinha por objetivo reforçar a supremacia portuguesa no Pacífico Oriental garantindo dessa forma o caminho para a Índia.

4. (2007/Colégio Naval)

No ano de 1494, portugueses e espanhóis assinaram o tratado de Tordesilhas, definindo a quem pertenceriam as terras descobertas ou a descobrir. Segundo esse tratado, as terras localizadas a trezentos e setenta léguas a oeste de Cabo Verde seriam da Espanha e as terras a leste, de Portugal. A linha imaginária estabelecida pelo Tratado terminava ao sul no Estado de Santa Catarina, mais precisamente na cidade de:

- a) Laguna.
- b) Criciúma
- c) Imbituba.
- d) Tubarão.

5. (2009/Colégio Naval)

Observe a charge abaixo, referente ao fim da presença holandesa no Nordeste Brasileiro no século XVII, e responda a pergunta a seguir.





NOVAIS, Carlos Eduardo e César Lobo, História do Brasil para Principiantes, De Cabral a Cardoso 500 anos de Novela, Editora Ática - SP - 1998 - p.98

Pode-se afirmar que a charge refere-se, como consequência da expulsão dos holandeses, do Brasil,

- (A) ao início da produção holandesa na América Central, levando, de imediato, à crise da economia no Brasil como um todo, que só se recuperou com a descoberta do ouro, na região das Minas Gerais.
- (B) à crise econômica do Nordeste brasileiro, devido à concorrência do açúcar do Brasil com a produção açucareira holandesa nas Antilhas.
- (C) ao enfraquecimento da economia nordestina que não suportou a posterior invasão dos franceses no Maranhão, onde fundaram a colônia denominada de França Equinocial.
- (D) à crise econômica do Nordeste brasileiro, após a 'expulsão dos holandeses da Bahia no ano de 1625.
- (E) à reafirmação da presença portuguesa no Nordeste brasileiro, possibilitando a retomada da produção do açúcar na região que voltou a concorrer, em pé de igualdade, com o açúcar antilhano.

6. (2009/Colégio Naval)

Em relação ao domínio da Holanda no Nordeste brasileiro durante o período colonial, é correto afirmar que:

- (A) a administração de Nassau caracterizou-se por medidas administrativas de grande importância, como por exemplo: a reorganização da produção açucareira mediante um sistema de crédito aos senhores de engenho, tolerância religiosa e o fim da Assembleia dos Escabinos, que limitava a participação política dos proprietários rurais pernambucanos.
- (B) a invasão holandesa na Bahia (1624-1625), que contou com o apoio da "milícia dos descalços", liderada pelo bispo Marcos Teixeira, foi desarticulada pela Jornada dos vassallos, frota luso-espanhola mandada à Bahia com a missão de expulsar os holandeses da sede do Governo-Geral do Brasil.

(C) a invasão holandesa em Pernambuco encontrou grande resistência por parte de grupos armados por Matias de Albuquerque, no arraial do Bom Jesus. O arraial, que passou a ter a adesão cada vez maior de senhores de engenho, foi o lugar onde começou a Insurreição Pernambucana.

(D) a Insurreição Pernambucana, movimento de resistência local, contou desde o início com a ajuda da Coroa portuguesa que, após o fim da União Ibérica, tinha todo o interesse em expulsar os holandeses e reassumir o controle sobre a economia açucareira.

(E) o fim da Nova Holanda deve-se, entre outros fatores, a uma conjuntura externa desfavorável à Holanda que, por se envolver em guerras sucessivas na Europa, não pôde socorrer seus compatriotas no Brasil, fato este que assegurou a vitória dos luso-brasileiros em 1654.

7. (2005/Colégio Naval)

" [...] Nela, até agora, não pudemos saber se há ouro, nem prata, nem coisa alguma de metal ou ferro nem o vimos. [...] Em tal maneira e graciosa [a terra] que querendo-a aproveitar, dar-se-á nela tudo, por causa das águas que tem. [...] " (Pero Vaz de Caminha)

(CORTEÃO, Jaime. A Carta de Pero Vaz de Caminha. In: GASMAN, Lidinéa. Documentos Históricos Brasileiros. Rio de Janeiro, Fename, 1976, pp. 23-4)

O relativo abandono que o Brasil passou nos primeiros trinta anos após o registro feito por Pero Vaz de Caminha sobre as terras "descobertas" pela Coroa portuguesa deveu-se, entre outros aspectos,

(A) à falta de recursos para implementar um projeto de exploração colonial semelhante ao da Espanha.

(B) aos constantes ataques dos holandeses contra a frota da Companhia de Comércio do Brasil, o que inviabilizou a colonização nesse período.

(C) à falta de uma produção organizada que pudesse ser comercializada imediatamente, não se enquadrando dentro da perspectiva mercantilista da época.

(D) à carência de mão-de-obra para o trabalho nos latifúndios canavieiros, o que só se solucionará com o início do tráfico negreiro.

(E) aos inúmeros levantes indígenas que queimavam as plantações e combatiam a presença portuguesa na América.

8. (2005/Colégio Naval)

" [...] Submetido durante três séculos à potência europeia que maneja o maior mercado de escravos, o Brasil converte-se no maior importador de escravos do Novo Mundo..."

(Alencastro, Luiz Felipe de - O Trato dos Viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul - São Paulo: Companhia das Letras, 2000.)



As razões que levaram a utilização de escravos africanos como mão-de-obra nas lavouras açucareiras do Brasil foram

- (A) a redução considerável do número de índios no litoral e a oposição da Igreja Católica que combatia a escravização indígena.
- (B) as dificuldades enfrentadas pelos índios em se adaptar ao trabalho na lavoura e a fácil adaptação dos negros ao trabalho pesado.
- (C) a política de estado de preservação dos povos indígenas e os grandes lucros gerados para a Coroa portuguesa com a venda dos escravos africanos.
- (D) o déficit populacional em Portugal e fato do negro ser mais dócil que o índio, aceitando o seu estado de escravo.
- (E) a instituição prévia do emprego da mão-de-obra escrava em Portugal e a preguiça do índio no trabalho na lavoura.

9. (2005/Colégio Naval)

Em 1534, o rei português D. João III instituiu um sistema de divisão do litoral do Brasil em capitanias. Tais extensões territoriais variavam entre trinta e cem léguas no sentido da latitude, mas de extensão indefinida para o interior; eram destinadas a serem comandadas por donatários que deveriam, entre outras coisas, povoar, cultivar e defender as terras. Os motivos que levaram Portugal a colonizar o Brasil foram

- (A) os constantes ataques indígenas e de estrangeiros aos núcleos de povoamento portugueses e o aumento do preço da cana-de-açúcar na Europa.
- (B) a exploração do pau-brasil e a necessidade de punir os criminosos do Estado Português que vieram degredados ao Brasil.
- (C) a instauração do tráfico negreiro na África e o início da empresa açucareira no nordeste brasileiro.
- (D) a fertilidade do solo brasileiro para o cultivo de gêneros tropicais e a exploração das drogas do sertão.
- (E) as ameaças estrangeiras em tomar o território brasileiro e a progressiva crise do comércio com o oriente.

10. (2008/Colégio Naval)

Leia o trecho abaixo e responda a questão a seguir. Visto como o rei de Espanha, nosso inimigo, possui ilegalmente estas terras e cidades, tendo destituído de modo inconveniente e pouco cristão o verdadeiro dono do reino de Portugal (a qual pertence o Brasil) (...) há razões de sobra para esperar a assistência da Divina Justiça na obra da Companhia no Brasil, que pertence à Coroa Portuguesa. (...) (Ian Moerbeek, 1624.)

FREIRE, Américo, Marly Silva da Motta e Dora Rocha - História em Curso, O Brasil e suas relações com o mundo Ocidental - Ed. Do Brasil/Fundação Getúlio Vargas/CPDOC - pg 77.



O trecho demonstra um momento da História brasileira, na primeira metade do século XVII, quando o Brasil

- (A) enfrenta diversas invasões estrangeiras, destacando-se os holandeses em Pernambuco e os franceses no Rio de Janeiro, através do que ficou conhecido como França Equinocial.
- (B) devido à chamada União Ibérica, passa a enfrentar, entre outros aspectos, a invasão dos holandeses, que buscavam ocupar as áreas de produção de açúcar.
- (C) sofre constantes ataques piratas dos ingleses em Santos e Recife, com a finalidade de saquear a produção açucareira e estabelecer colônias nestas regiões.
- (D) devido à União Ibérica, enfrenta diversas invasões estrangeiras, podendo-se citar a dos Franceses no Maranhão, na ocupação que ficou conhecida como França Antártica.
- (E) passa a sofrer um aumento abusivo de impostos, devido à União Ibérica, estimulando revoltas de colonos e adesões aos invasores holandeses, ingleses e franceses no Brasil.

11. (2006/Colégio Naval)

Quando esteve em São Vicente, no ano de 1532, Martin Afonso recebeu uma carta do rei anunciando a decisão de promover o povoamento do Brasil com a implantação de um sistema que já havia sido utilizado com êxito nas ilhas portuguesas do Atlântico. O comentário acima refere-se ao Sistema de Capitanias Hereditárias por meio do qual

- (A) tinha-se a finalidade de organizar a ocupação territorial, dividindo o território em áreas subordinadas a um Governador Geral.
- (B) o governo português, em parceria financeira com o capital privado, executaria todo o processo de colonização da terra.
- (C) o governo português transferia para os donatários a responsabilidade financeira da colonização da terra.
- (D) o governo português buscava estabelecer uma ocupação territorial com o poder político centralizado para melhor controlar a colônia.
- (E) organiza-se a ocupação do território a partir da criação de comunidades politicamente independentes em relação ao Estado Português.

12. (2004/Colégio Naval)

Assinale as afirmativas abaixo, em relação aos Tratados assinados entre Portugal e Espanha sobre as terras do "novo mundo" encontradas durante a expansão marítima.

I - A descoberta dessas novas terras gerou polêmica entre Portugal e Espanha quanto à sua posse, cabendo ao Papa Bonifácio IV desempenhar o papel de árbitro internacional.

II - Em 1491, foi proclamada a Bula Intercoetera, segundo a qual seria traçada uma linha imaginária, a partir da Ilha da Madeira, 100 léguas em direção ao Ocidente. III- Em 1494, celebrou-se o Tratado de Tordesilhas, que determinava a distância para 370 léguas a partir do Arquipélago de Cabo Verde.



IV - O Tratado de Tordesilhas demarcou os direitos de exploração dos países ibéricos, tendo como elemento propulsor o desenvolvimento da expansão marítima e comercial.

V - A consolidação do reino português, por meio da exploração das especiarias africanas e a formação do exército nacional foram estimulados pelo Tratado de Tordesilhas.

Assinale a opção correta.

- (A) As afirmativas I, II e V são verdadeiras.
- (B) As afirmativas II e V são verdadeiras.
- (C) As afirmativas III e IV são verdadeiras.
- (D) Apenas a afirmativa II é verdadeira.
- (E) Apenas a afirmativa V é verdadeira.

13. (2004/Colégio Naval)

A crise de sucessão portuguesa originada com a morte do rei D. Sebastião, na Batalha de Alcácer-Quibir e continuada com a morte de seu substituto, o Cardeal D. Henrique, sem deixar sucessor direto, resultou na conquista de Portugal por Felipe II, em 1580. Esse fato ficou conhecido como

- (A) Revolução de Avis, que pôs fim a dinastia de Borgonha e deu início a um novo período em Portugal resultando na expansão marítima e comercial.
- (B) Guerra de Reconquista, luta entre cristãos e muçulmanos onde o Reino de Portugal estava envolvido, levando à morte do monarca.
- (C) Juramento de Tomar, com a morte do rei português a Espanha assume o monopólio do comércio colonial português, e coloca toda a administração do Brasil nas mãos de espanhóis.
- (D) A Revolução do Porto, onde camponeses, artesãos, funcionários públicos e militares, liderados pela burguesia comercial do Porto exigem a volta da monarquia portuguesa ao poder.
- (E) União Ibérica, unificação de Portugal e Espanha devido à vacância do trono português, originada pela morte do cardeal D. Henrique.

14. (2004/Colégio Naval)

"As invasões holandesas que ocorreram no século XVII foram o maior conflito político-militar da Colônia. Embora concentradas no nordeste, elas não se resumiram a um simples episódio regional. Ao contrário, fizeram parte do quadro das relações internacionais entre os países europeus, revelando a dimensão da luta pelo controle do açúcar e das fontes de suprimento de escravos. [...] O ataque a Pernambuco se iniciou em 1630, com a conquista de Olinda. A partir desse episódio, a guerra pode ser dividida em três períodos distintos. [...] O segundo período, entre 1637 e 1644, caracteriza-se por relativa paz, relacionada com o governo do príncipe holandês Maurício de Nassau, que foi o responsável por uma série de importantes iniciativas políticas e realizações administrativas."

(Fausto, Boris. História do Brasil. São Paulo: Edusp, 2004.p.84 e 85.)



São características do governo Maurício de Nassau, EXCETO:

- (A) concessão de créditos aos senhores de engenho.
- (B) investimentos em obras urbanas, sendo construídas pontes e obras sanitárias.
- (C) criação da cidade de Maurícia, hoje um bairro da capital pernambucana.
- (D) a intolerância religiosa, pois Nassau que era calvinista, perseguiu outros segmentos religiosos.
- (E) estímulo à vinda de artistas, naturalistas, médicos e astrônomos.

15. (2018/Colégio Naval)

Leia o texto abaixo e responda a pergunta a seguir.

[...] Além da capitania, em 1541 foi instalada a vila de Olinda, com a repetição de todas as formalidades de São Vicente: títulos de sesmarias, lista de homens bons aptos a votar, eleição de vereadores, alternância no poder. [...] Em Pernambuco passou a funcionar de maneira efetiva a autoridade do donatário, em dois sentidos, No das receitas, implantou cobrança de impostos, inclusive com repasses ao rei, e tais recursos financiavam serviços delegados ao donatário, como o de atuar como instância mais alta que o Judiciário da vila e o de controlar a vida civil.

(CALDEIRA, Jorge. *História da Riqueza no Brasil*. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2017.)

De acordo com o texto é correto afirmar que o autor buscou descrever as medidas que:

- (A) levaram a capitania de Pernambuco a prosperar.
- (B) causaram o impasse político responsável pela Guerra dos Mascates.
- (C) levaram o sistema de capitanias hereditárias a fracassar.
- (D) causaram o impasse político gerador da Insurreição Pernambucana.
- (E) transformaram as capitanias hereditárias em governo-geral.

16. (2007/Colégio Naval)

No ano de 1494, portugueses e espanhóis assinavam o Tratado de Tordesilhas partilhando o mundo entre eles, fato que posteriormente recebeu a crítica da França, Inglaterra e Países Baixos, entre outros que passaram a questionar a exclusividade da partilha do mundo entre as nações ibéricas.

Entre os fatores que demonstram tal questionamento pode-se citar a

- (A) frequente presença holandesa em terras brasileiras questionando a soberania portuguesa através do intenso comércio do açúcar praticado na capitania de Pernambuco.
- (B) presença francesa no Maranhão ocasionando, entre outros aspectos, a fundação da cidade de São Luís no final do século XVI.



- (C) presença inglesa, principalmente através de piratas financiados pelo governo inglês, os quais por várias vezes tentaram estabelecer colônias nas terras brasileiras.
- (D) invasão holandesa no Recife motivada unicamente pelos conflitos que tinha com a Espanha.
- (E) presença frequente de franceses nos primeiros momentos da colonização portuguesa, destacando a criação da França Antártica no Rio de Janeiro

Comentários

- A alternativa A está incorreta, afinal a participação dos holandeses na empresa açucareira foi inicialmente permitida pelos portugueses, que não dispunham de técnicas de refino do produto.
- A alternativa B está incorreta, pois São Luís foi fundada em 1612, no século XVII.
- A alternativa C está incorreta, afinal as incursões inglesas não objetivavam fundar colônias, mas saquear o litoral brasileiro.
- A alternativa D está incorreta, pois as invasões holandesas tinham em conta principalmente interesses econômicos dos holandeses no negócio açucareiro.
- A alternativa E é a resposta. O rei francês Francisco I, ao saber da assinatura do Tratado de Tordesilhas, teria comentado: *“gostaria de ver a cláusula do testamento de Adão que me afastou da partilha do mundo”*. Sem reconhecer a legitimidade do acordo, os franceses buscaram assegurar seus territórios na América, invadindo domínios coloniais dos portugueses.

Gabarito: E

9.2. EsFCEx – Questões desafiadoras



Que tal treinar um pouco mais com as questões da Escola de Formação Complementar do Exército – a EsFCEx? Separamos algumas para você! Topa o desafio?

1. (EsFCEx – Exército Brasileiro – CFO/QC / 2019)

Na América portuguesa, em consequência da ofensiva francesa e do declínio do trato asiático, foram tomadas em 1534 medidas para o povoamento e a valorização do território.

(ALENCASTRO, Luiz Felipe de. O Trato dos Videntes: formação do Brasil no Atlântico Sul. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 20).

As medidas mencionadas na afirmativa acima referem-se aos sistemas de administração que Portugal empregou no Brasil no século XVI. Em ordem cronológica, a partir de 1534, tais sistemas foram

- A) Feitorias e Governo Geral.
- B) Capitanias Hereditárias e Governo Geral.



- C) Governo Geral e Feitorias.
- D) Governo Geral e Capitânicas Hereditárias.
- E) Feitorias e Capitânicas Hereditárias.

2. (EsFCEx – Exército Brasileiro – CFO/QC / 2019)

A respeito da ocupação territorial da Capitania de São Vicente e do contato dos portugueses com os nativos, analise as afirmativas a seguir:

I. Ao chegarem a São Vicente, os primeiros portugueses, reconhecendo de imediato a importância fundamental da guerra nas relações intertribais, procuraram tirar proveito delas para efetivarem a ocupação da terra.

II. Considerando o ~~estado de unidade política~~ que imperava no Brasil indígena, as perspectivas de conquista, dominação e exploração passariam por alianças forjadas por rivalidades que não havia entre os nativos, o que levaria ao rompimento de sua unidade e, conseqüentemente, à sua total aniquilação.

III. Aos olhos dos invasores, a presença de um número considerável de prisioneiros de guerra prometia um possível mecanismo de suprimento de mão de obra cativa para os eventuais empreendimentos coloniais.

IV. Os índios percebiam vantagens imediatas na formação de alianças com os europeus, particularmente nas ações bélicas conduzidas contra os inimigos mortais.

Assinale

- A) se apenas as afirmativas I, II e III estiverem corretas.
- B) se apenas as afirmativas II, III e IV estiverem corretas.
- C) se apenas as afirmativas I, III e IV estiverem corretas.
- D) se apenas as afirmativas I, II e IV estiverem corretas.
- E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

3. (Exército - 2013 - EsFCEx - Oficial - Informática)

As afirmativas abaixo tratam do sistema de capitânicas hereditárias e do estabelecimento do governo geral na América portuguesa. Analise-as e marque a opção correta.

I. Entre as motivações para a criação do sistema administrativo de governo geral nas possessões portuguesas da América estava o risco de perda de parte do território para os franceses.

II. A criação do sistema de capitânicas hereditárias, implantado na América portuguesa durante a década de 1530, foi uma decisão que provocou um acelerado crescimento populacional e produtivo na região em poucas décadas.

III. Entre as prerrogativas entregues pelo rei de Portugal aos capitães donatários, encontravam-se a de doar terras, a de reter para si parte da renda da produção e a de monopolizar a justiça, o que incluía o poder de condenar à morte em certos casos.



- A) somente I é correta.
- B) somente II é correta.
- C) somente III é correta.
- D) somente I e II são corretas.
- E) somente I e III são corretas.

4. (Exército - 2013 - EsFCEx - Oficial - Informática)

No contexto colonial, a escravidão indígena foi limitada por diversos fatores. Sobre o tema, analise as afirmativas abaixo e marque a opção correta

I. Entre os fatores limitadores da escravidão indígena, não está presente qualquer posição da Coroa Portuguesa.

II. Os índios que de fato reagiram à escravidão foram aqueles que habitavam as regiões mais distanciadas do litoral.

III. Um dos fatores que desencadearam a expulsão dos jesuítas da América Portuguesa no século XVIII foi a sua resistência ao uso da mão-de-obra indígena pelos colonos.

- (A) Somente I é correta.
- (B) Somente II é correta.
- (C) Somente III é correta.
- (D) Somente I e II são corretas.
- (E) Somente II e III são corretas.

10 Gabarito

10.1. Colégio Naval

1. B	7. A	13. E
2. D	8. A	14. D
3. A	9. E	15. A
4. A	10. B	16. E
5. B	11. C	
6. E	12. C	

10.2. EsFCEx – Questões desafiadoras

1. B	2. C	3. E	4. C
------	------	------	------



11. Lista de exercícios comentada

11.1. Colégio Naval

1. (2019/Colégio Naval)

“Eu, ElRei, faço saber a vós, Tomé de Sousa, fidalgo de minha casa, que vendo eu quanto serviço de Deus e meu é conservar e enobrecer as Capitánias e povoações das terras do Brasil e dar ordem e maneira com que melhor e mais seguramente se possam ir povoando, para exalçamento da nossa Santa Fé e proveito de meus Reinos e Senhorios, e dos naturais deles, ordenei ora de mandar nas ditas terras fazer uma fortaleza e povoação grande e forte, em um lugar conveniente, para daí se dar favor e ajuda às outras povoações e se ministrar justiça e prover nas cousas que cumprirem a meu serviço e aos negócios de minha Fazenda e a bem das partes.

Fonte: Regimento que levou Tomé de Sousa Governador do Brasil, Almería, 17/12/1548, Lisboa, Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), código 112, fls 1-9.

Sobre o texto, que é um importante marco da História do Brasil, é correto afirmar que representava

- A) o objetivo da monarquia portuguesa de iniciar a colonização do Brasil cedendo territórios para que grupos particulares pudessem explorá-los a custo de seus próprios recursos, enquanto o governo atuaria como uma espécie de órgão regulador do que ficou conhecido como Capitánias Hereditárias.
- B) a pretensão do governo português em promover a colonização efetiva do território brasileiro e de estimular a produção colonial, sendo um dos seus primeiros atos a construção de uma cidade para ser a capital da colônia, concretizada por Tomé de Sousa com a fundação de São Salvador em 1549.
- C) o desejo português de não investir recursos no território colonial do Brasil, permitindo que grupos privados construíssem feitorias com dois objetivos: a exploração do pau-brasil realizada a partir do escambo com os indígenas e a proteção das ameaças estrangeiras.
- D) o primeiro passo para o processo de povoamento da colônia, que previa a criação de uma capital estruturada no modelo espanhol de ocupação do território, além da construção de estradas e sistemas de coleta de esgoto em locais estratégicos, que serviriam de base para o surgimento de novas cidades.
- E) a ocupação efetiva do território colonial, principal mente após a descoberta de jazidas de ouro no interior da colônia, que demandou mais recursos do governo português para a defesa da região de invasores estrangeiros e de piratas que desejavam roubar as riquezas do Brasil.

Comentários

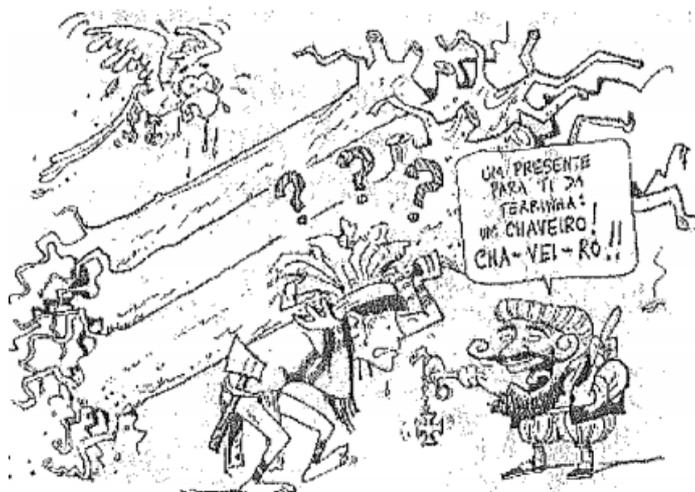
- A alternativa A está incorreta, afinal é a expedição de Martim Afonso de Souza para a América Portuguesa, em 1530, o marco inicial do processo de ocupação do território, sendo ele dividido, alguns anos depois, por meio do sistema de capitánias hereditárias.

- A alternativa B é a resposta. A criação do governo-geral, em 1548, objetivou a continuidade do processo de ocupação do território brasileiro, a partir da centralização administrativa em torno de São Salvador, cidade fundada por Tomé de Souza.
- A alternativa C está incorreta, pois a construção de feitorias é uma marca do período pré-colonial brasileiro (1500-1530), quando a atenção da Coroa se voltava apenas ao lucrativo comércio de especiarias no Oriente.
- A alternativa D está incorreta, pois as capitanias hereditárias da América Portuguesa era uma reprodução do sistema administrativo já adotado por Portugal nos arquipélagos de Açores e de Cabo Verde.
- A alternativa E está incorreta. Embora a ocupação do interior do continente americano pelos portugueses tenha ocorrido após o achamento de ouro, no final do século XVII, os esforços de colonização da América Portuguesa, expressos pelo Regimento do enunciado, se iniciam na primeira metade do século XVI.

Gabarito: B

2. (2019/Colégio Naval)

Observe a charge a seguir:



História do Brasil para Principiantes
De Cabral a Cardoso, 500 anos de Novela
Carlos Eduardo Novaes e César Lobo

A charge acima representa os primeiros anos logo após a chegada de Pedro Álvares Cabral ao Brasil.

É correto afirmar que entre as principais características desse período temos a

- A) extração do Pau-Brasil por meio do estanco (troca), onde os indígenas realizavam o corte da madeira e recebiam em troca objetos vistosos, mas de estimado valor, como espelhos, armamentos e tecidos diversos.
- B) extração das drogas do sertão por meio de trabalho escravo, pelo qual os exploradores aproveitaram para iniciar o processo de ocupação territorial do Brasil a partir da construção de feitorias.

- C) construção das primeiras feitorias com a finalidade de estimular a vinda de colonos para a produção de riquezas, como a cana de açúcar, e consequentemente efetivar a ocupação do território brasileiro garantindo a presença portuguesa.
- D) extração do Pau-Brasil por meio do escambo (troca), onde os indígenas realizavam o corte e o transporte da madeira recebendo em troca objetos de pouco valor, como espelhos, miçangas e instrumentos de ferro.
- E) distribuição das primeiras sesmarias, por meio de Estanco, aos donatários que estavam se instalando no Brasil, destacando-se, nesse processo, o arrendatário Fernando de Noronha, que se notabilizou na extração do Pau-Brasil.

Comentários

- A alternativa A está incorreta, pois estanco era o nome dado ao monopólio sobre um determinado produto sob a forma legal. O próprio direito à exploração do pau-Brasil era um estanco adquirido por diversos mercadores lisboetas.
- A alternativa B está incorreta, pois as drogas do sertão eram produtos de origem vegetal extraídos da região amazônica, tais como o cacau, a castanha-do-pará, a baunilha e o guaraná. Já o pau-Brasil era extraído na costa atlântica da América Portuguesa.
- A alternativa C está incorreta, pois a implantação das feitorias não expressava o intento de iniciar o processo de colonização do Brasil, mas sim de explorar a riqueza que lhe dera este nome – o pau-brasil. A ocupação do território só se daria a partir de 1530, com a expedição de Martim Afonso de Souza.
- A alternativa D é a resposta. Para explorar o pau-Brasil, produto com alto valor comercial no mercado europeu, os portugueses implementaram o escambo, que consistia em pagar os nativos com quinquilharias, tais como espelhos, pentes e facas, para que estes serrassem e transportassem a madeira para as caravelas que aguardavam na costa.
- A alternativa E está incorreta, pois a distribuição de sesmarias se deu após o período pré-colonial (1500-1530), em um momento em que a Coroa já se voltava para o processo de ocupação da América Portuguesa.

Gabarito: D

3. (2007/Colégio Naval)

A chegada dos portugueses ao Brasil, além de ser o resultado de um processo administrado pela coroa Portuguesa no século XV conjuntamente com a nobreza e a nascente burguesia, também:

- a) auxiliou, entre outros aspectos, na consolidação e hegemonia portuguesa no Atlântico Sul.
- b) se transformou, de imediato, em uma alternativa mercantil ao comércio português no Oriente.
- c) demonstrou que o desvio da esquadra de Cabral seguia a mesma inspiração de Colombo para chegar às Índias.
- d) foi o resultado de uma reação de Portugal diante da concorrência dos mercadores italianos no Atlântico Ocidental.



e) tinha por objetivo reforçar a supremacia portuguesa no Pacífico Oriental garantindo dessa forma o caminho para a Índia.

Comentários

- A alternativa A é a resposta. Conquistando diversos pontos da costa africana com suas feitorias e implementando a ocupação da América Portuguesa a partir de 1530, Portugal se tornou a maior potência econômica do Atlântico Sul, especialmente pelo comércio de escravizados africanos.
- A alternativa B está incorreta, pois após a expedição cabralina tomar posse da América Portuguesa, o território permaneceu três décadas sem ser ocupado, já que os interesses da Coroa se voltavam para o comércio com as Índias.
- As alternativas C e E estão incorretas, afinal os portugueses apostaram em viagens de circunavegação do continente africano para traçarem uma rota para as Índias, que ficaram conhecidas como Périplo Africano.
- A alternativa D está incorreta, pois os mercadores italianos concentravam suas atividades comerciais no Mar Mediterrâneo, o que levou os ibéricos a buscarem novas rotas ultramarinas de acesso às mercadorias orientais.

Gabarito: A

4. (2007/Colégio Naval)

No ano de 1494, portugueses e espanhóis assinaram o tratado de Tordesilhas, definindo a quem pertenceriam as terras descobertas ou a descobrir. Segundo esse tratado, as terras localizadas a trezentos e setenta léguas a oeste de Cabo Verde seriam da Espanha e as terras a leste, de Portugal. A linha imaginária estabelecida pelo Tratado terminava ao sul no Estado de Santa Catarina, mais precisamente na cidade de:

- a) Laguna.
- b) Criciúma
- c) Imbituba.
- d) Tubarão.

Comentários

A alternativa A é a resposta. O território português no Brasil começava próximo a onde atualmente se encontra Belém, no Pará, e descia em linha reta até perto de Laguna, em Santa Catarina.

Gabarito: A

5. (2009/Colégio Naval)

Observe a charge abaixo, referente ao fim da presença holandesa no Nordeste Brasileiro no século XVII, e responda a pergunta a seguir.





NOVAIS, Carlos Eduardo e César Lobo, História do Brasil para Principiantes, De Cabral a Cardoso 500 anos de Novela, Editora Ática - SP - 1998 - p.98

Pode-se afirmar que a charge refere-se, como consequência da expulsão dos holandeses, do Brasil,

(A) ao início da produção holandesa na América Central, levando, de imediato, à crise da economia no Brasil como um todo, que só se recuperou com a descoberta do ouro, na região das Minas Gerais.

(B) à crise econômica do Nordeste brasileiro, devido à concorrência do açúcar do Brasil com a produção açucareira holandesa nas Antilhas.

(C) ao enfraquecimento da economia nordestina que não suportou a posterior invasão dos franceses no Maranhão, onde fundaram a colônia denominada de França Equinocial.

(D) à crise econômica do Nordeste brasileiro, após a 'expulsão dos holandeses da Bahia no ano de 1625.

(E) à reafirmação da presença portuguesa no Nordeste brasileiro, possibilitando a retomada da produção do açúcar na região que voltou a concorrer, em pé de igualdade, com o açúcar antilhano.

Comentários

- A alternativa A está incorreta, afinal a crise econômica se deu na região do Nordeste açucareiro.
- A alternativa B é a resposta. A expulsão dos holandeses do nordeste açucareiro fez com que os invasores se instalassem na região das Antilhas, na América Central, onde passaram a produzir um açúcar mais barato e de melhor qualidade, que desbancou o concorrente luso-brasileiro no comércio internacional.
- A alternativa C está incorreta, pois os invasores estrangeiros representados pela charge são holandeses. Sua expulsão se deu em 1644, ao passo que os franceses foram expulsos do Maranhão anos antes, em 1615.
- A alternativa D está incorreta, a dominação holandesa se concentrou na região de Pernambuco.

- A alternativa E está incorreta, afinal o açúcar luso-brasileiro foi severamente afetado pela concorrência do açúcar holandês cultivado nas Antilhas, dotado de maior qualidade e menor custo de produção.

Gabarito: B

6. (2009/Colégio Naval)

Em relação ao domínio da Holanda no Nordeste brasileiro durante o período colonial, é correto afirmar que:

(A) a administração de Nassau caracterizou-se por medidas administrativas de grande importância, como por exemplo: a reorganização da produção açucareira mediante um sistema de crédito aos senhores de engenho, tolerância religiosa e o fim da Assembleia dos Escabinos, que limitava a participação política dos proprietários rurais pernambucanos.

(B) a invasão holandesa na Bahia (1624-1625), que contou com o apoio da "milícia dos descalços", liderada pelo bispo Marcos Teixeira, foi desarticulada pela Jornada dos vassalos, frota luso-espanhola mandada à Bahia com a missão de expulsar os holandeses da sede do Governo-Geral do Brasil.

(C) a invasão holandesa em Pernambuco encontrou grande resistência por parte de grupos armados por Matias de Albuquerque, no arraial do Bom Jesus. O arraial, que passou a ter a adesão cada vez maior de senhores de engenho, foi o lugar onde começou a Insurreição Pernambucana.

(D) a Insurreição Pernambucana, movimento de resistência local, contou desde o início com a ajuda da Coroa portuguesa que, após o fim da União Ibérica, tinha todo o interesse em expulsar os holandeses e reassumir o controle sobre a economia açucareira.

(E) o fim da Nova Holanda deve-se, entre outros fatores, a uma conjuntura externa desfavorável à Holanda que, por se envolver em guerras sucessivas na Europa, não pôde socorrer seus compatriotas no Brasil, fato este que assegurou a vitória dos luso-brasileiros em 1654.

Comentários

- A alternativa A está incorreta. Quase todas as medidas mencionadas estão corretas, mas Nassau ampliou a participação dos proprietários rurais pernambucanos na Assembleia dos Escabinos, espécie de Câmara Municipal no Brasil Holandês.

- A alternativa B está incorreta, afinal os holandeses foram expulsos de Salvador justamente pela "milícia dos descalços".

- A alternativa C está incorreta, pois o processo de expulsão dos holandeses se iniciou na região do Maranhão, enquanto Pernambuco só seria inteiramente reconquistado pelos luso-brasileiros em 1655.

- A alternativa D está incorreta, afinal a Insurreição Pernambucana foi um movimento que inicialmente não contou com a participação da Coroa, mas apenas das elites coloniais insatisfeitas com as alterações da política de crédito concedida pela administração holandesa em Pernambuco.



- A alternativa E é a resposta. Conflitos envolvendo holandeses e ingleses impediram que os primeiros reforçassem seus efetivos na Nova Holanda, o que consequentemente possibilitou a vitória dos insurretos pernambucanos.

Gabarito: E

7. (2005/Colégio Naval)

“ [...] Nela, até agora, não pudemos saber se há ouro, nem prata, nem coisa alguma de metal ou ferro nem o vimos. [...] Em tal maneira e graciosa [a terra] que querendo-a aproveitar, dar-se-á nela tudo, por causa das águas que tem. [...] ” (Pero Vaz de Caminha)

(CORTESÃO, Jaime. A Carta de Pero Vaz de Caminha. In: GASMAN, Lidinéa. Documentos Históricos Brasileiros. Rio de Janeiro, Fename, 1976, pp. 23-4)

O relativo abandono que o Brasil passou nos primeiros trinta anos após o registro feito por Pero Vaz de Caminha sobre as terras "descobertas" pela Coroa portuguesa deveu-se, entre outros aspectos,

(A) à falta de recursos para implementar um projeto de exploração colonial semelhante ao da Espanha.

(B) aos constantes ataques dos holandeses contra a frota da Companhia de Comércio do Brasil, o que inviabilizou a colonização nesse período.

(C) à falta de uma produção organizada que pudesse ser comercializada imediatamente, não se enquadrando dentro da perspectiva mercantilista da época.

(D) à carência de mão-de-obra para o trabalho nos latifúndios canavieiros, o que só se solucionará com o início do tráfico negroiro.

(E) aos inúmeros levantes indígenas que queimavam as plantações e combatiam a presença portuguesa na América.

Comentários

- A alternativa A é a resposta. O trecho da Carta de Caminha, escrivão da armada cabralina, revela que não foram encontrados metais preciosos em 1500, o que dificultaria a implementação de um modelo de ocupação semelhante ao inaugurado pelos espanhóis na América. Contudo, ele chama atenção para o rei quanto aos recursos naturais encontrados, que possibilitariam o desenvolvimento de uma economia colonial agroexportadora.

- A alternativa B está incorreta, afinal os ataques holandeses na América lusa se iniciariam no final do século, em 1599.

- A alternativa C está incorreta. Apesar da Terra de Vera Cruz não atender de imediato os interesses mercantilistas de Portugal, o território também seria explorado tendo em conta os princípios desta política econômica, na medida em que se torna colônia do Império luso.

- A alternativa D está incorreta, uma vez que os engenhos de açúcar se utilizaram de mão de obra indígena nos anos iniciais do processo de ocupação do litoral brasileiro.

- A alternativa E está incorreta, afinal a terra ainda não havia sido ocupada pelos lusos no contexto de escrita da carta de Caminha.

Gabarito: A



8. (2005/Colégio Naval)

" [...] Submetido durante três séculos à potência europeia que maneja o maior mercado de escravos, o Brasil converte-se no maior importador de escravos do Novo Mundo..."

(Alencastro, Luiz Felipe de - O Trato dos Viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul - São Paulo: Companhia das Letras, 2000.)

As razões que levaram a utilização de escravos africanos como mão-de-obra nas lavouras açucareiras do Brasil foram

- (A) a redução considerável do número de índios no litoral e a oposição da Igreja Católica que combatia a escravização indígena.
- (B) as dificuldades enfrentadas pelos índios em se adaptar ao trabalho na lavoura e a fácil adaptação dos negros ao trabalho pesado.
- (C) a política de estado de preservação dos povos indígenas e os grandes lucros gerados para a Coroa portuguesa com a venda dos escravos africanos.
- (D) o déficit populacional em Portugal e fato do negro ser mais dócil que o índio, aceitando o seu estado de escravo.
- (E) a instituição prévia do emprego da mão-de-obra escrava em Portugal e a preguiça do índio no trabalho na lavoura.

Comentários

Essa é uma questão que oferece diversos estereótipos em relação aos ameríndios e africanos. Vejamos cada um deles:

- Os indígenas não eram inaptos ao trabalho nem preguiçosos. Na verdade, o sistema escravista não fazia parte das organizações sociais existentes na América, fazendo eclodir revoltas indígenas em diversos pontos da Colônia.
- Os africanos não eram mais fortes ou “acostumados” à escravidão. O tráfico de escravizados existia em alguns pontos do continente africano antes mesmo da chegada dos portugueses, ainda que em condições bastante distintas. Contudo, isso não garantiu que os cativos africanos capturados fossem mais dóceis, afinal diversas revoltas escravistas foram organizadas ao longo da História colonial.

Tendo em conta os apontamentos acima, as alternativas B, D e E estão incorretas. A alternativa C também está incorreta, afinal os indígenas não foram preservados pela Coroa, mas dizimados pelas doenças e pelas guerras de conquista. Por fim, a alternativa A é a resposta, pois a continuidade da escravidão indígena foi dificultada pelo desaparecimento de boa parte da população nativa a partir da disseminação de moléstias de origem europeia. Além disso, a Igreja empenhou uma política de catequização dos indígenas, dificultando sua escravização.

Gabarito: A

9. (2005/Colégio Naval)

Em 1534, o rei português D. João III instituiu um sistema de divisão do litoral do Brasil em capitanias. Tais extensões territoriais variavam entre trinta e cem léguas no sentido da latitude, mas de extensão indefinida para o interior; eram destinadas a serem comandadas por



donatários que deveriam, entre outras coisas, povoar, cultivar e defender as terras. Os motivos que levaram Portugal a colonizar o Brasil foram

(A) os constantes ataques indígenas e de estrangeiros aos núcleos de povoamento portugueses e o aumento do preço da cana-de-açúcar na Europa.

(B) a exploração do pau-brasil e a necessidade de punir os criminosos do Estado Português que vieram degredados ao Brasil.

(C) a instauração do tráfico negreiro na África e o início da empresa açucareira no nordeste brasileiro.

(D) a fertilidade do solo brasileiro para o cultivo de gêneros tropicais e a exploração das drogas do sertão.

(E) as ameaças estrangeiras em tomar o território brasileiro e a progressiva crise do comércio com o oriente.

Comentários

- A alternativa A está incorreta, afinal não haviam núcleos de povoamento durante o período pré-colonial, uma vez que os interesses econômicos da Coroa se encontraram voltados para o rico comércio de especiarias entre 1500 e 1530.

- A alternativa B está incorreta, pois a exploração de pau-brasil de seu durante todo o período pré-colonial sem suscitar a formação de divisão administrativa do território.

- A alternativa C está incorreta, afinal a empresa açucareira e o tráfico de escravos no Atlântico foram decorrentes do início do processo de ocupação do território, a partir de 1530.

- A alternativa E é a resposta. O início da colonização da América Portuguesa foi motivado pela decadência do comércio de especiarias nas Índias, o que fez com que a Coroa volte suas atenções à exploração do Novo Mundo. Além disso, as constantes tentativas de franceses e outros estrangeiros de explorarem o território levou Portugal a lançar mão de recursos que estimulassem a ocupação do Brasil para combater as ameaças externas.

Gabarito: E

10. (2008/Colégio Naval)

Leia o trecho abaixo e responda a questão a seguir. Visto como o rei de Espanha, nosso inimigo, possui ilegalmente estas terras e cidades, tendo destituído de modo inconveniente e pouco cristão o verdadeiro dono do reino de Portugal (a qual pertence o Brasil) (...) há razões de sobra para esperar a assistência da Divina Justiça na obra da Companhia no Brasil, que pertence à Coroa Portuguesa. (...) (Ian Moerbeek, 1624.)

FREIRE, Américo, Marly Silva da Motta e Dora Rocha - História em Curso, O Brasil e suas relações com o mundo Ocidental - Ed. Do Brasil/Fundação Getúlio Vargas/CPDOC - pg 77.

O trecho demonstra um momento da História brasileira, na primeira metade do século XVII, quando o Brasil

(A) enfrenta diversas invasões estrangeiras, destacando-se os holandeses em Pernambuco e os franceses no Rio de Janeiro, através do que ficou conhecido como França Equinocial.



- (B) devido à chamada União Ibérica, passa a enfrentar, entre outros aspectos, a invasão dos holandeses, que buscavam ocupar as áreas de produção de açúcar.
- (C) sofre constantes ataques piratas dos ingleses em Santos e Recife, com a finalidade de saquear a produção açucareira e estabelecer colônias nestas regiões.
- (D) devido à União Ibérica, enfrenta diversas invasões estrangeiras, podendo-se citar a dos Franceses no Maranhão, na ocupação que ficou conhecida como França Antártica.
- (E) passa a sofrer um aumento abusivo de impostos, devido à União Ibérica, estimulando revoltas de colonos e adesões aos invasores holandeses, ingleses e franceses no Brasil.

Comentários

- As alternativas A e D estão incorretas. A colônia francesa instalada no Rio de Janeiro recebeu o nome de França Antártica, que perdurou entre os anos de 1555 e 1560. Após serem expulsos da Baía de Guanabara, os franceses tentaram implementar, em 1612, uma colônia na região no Maranhão, batizada de França Equinocial.
- A alternativa B. A partir da União Ibérica, período que vai 1580 e 1640, foi marcado pela submissão de Portugal à Coroa espanhola, que impõe aos lusos o fim do comércio com os holandeses. Isso atrapalhava a participação desses estrangeiros no refino e comércio do açúcar, o motivando-os a ocupar a área voltada ao fabrico do produto.
- A alternativa C está incorreta. Piratas ingleses chegaram a promover saques de açúcar em Santos, mas não foram realizados ataques em Recife.
- A alternativa E está incorreta. Embora os invasores holandeses tenham logrado êxito em conquistar o apoio das elites açucareiras em Pernambuco, franceses e ingleses não contaram com a cooperação dos colonos em suas incursões pelo território brasileiro.

Gabarito: B

11. (2006/Colégio Naval)

Quando esteve em São Vicente, no ano de 1532, Martin Afonso recebeu uma carta do rei anunciando a decisão de promover o povoamento do Brasil com a implantação de um sistema que já havia sido utilizado com êxito nas ilhas portuguesas do Atlântico. O comentário acima refere-se ao Sistema de Capitânias Hereditárias por meio do qual

- (A) tinha-se a finalidade de organizar a ocupação territorial, dividindo o território em áreas subordinadas a um Governador Geral.
- (B) o governo português, em parceria financeira com o capital privado, executaria todo o processo de colonização da terra.
- (C) o governo português transferia para os donatários a responsabilidade financeira da colonização da terra.
- (D) o governo português buscava estabelecer uma ocupação territorial com o poder político centralizado para melhor controlar a colônia.
- (E) organiza-se a ocupação do território a partir da criação de comunidades politicamente independentes em relação ao Estado Português.



Comentários

- A alternativa A está incorreta, afinal o governo geral só foi implementado no Brasil em 1548, em resposta ao fracasso do sistema de capitanias hereditárias.
- A alternativa B está incorreta, afinal o processo de ocupação da terra foi entregue à particulares, chamados de capitães-donatários.
- A alternativa C é a resposta. Em 1534, a Coroa portuguesa replicou o sistema de colonização empregado nas ilhas de Açores e da Madeira na América, denominado **capitanias-hereditárias**. O território foi dividido em extensas faixas de terras, as capitanias, e entregues a particulares para que pudessem povoá-las com seus próprios recursos.
- A alternativa D está incorreta. Após boa parte das capitanias hereditárias não apresentarem o resultado esperado, a Coroa criou o governo geral, que centralizava a administração na Colônia em Salvador. Com isso, o governador geral passava a ser a maior autoridade em solo colonial, dispondo de atribuições militares (defesa da Colônia), administrativas (gerir as finanças da Colônia), judiciárias (nomear quadros da Justiça) e eclesiásticas (nomear sacerdotes).
- A alternativa E está incorreta, afinal todos os povoamentos criados na América Portuguesa respondiam à metrópole.

Gabarito: C

12. (2004/Colégio Naval)

Assinale as afirmativas abaixo, em relação aos Tratados assinados entre Portugal e Espanha sobre as terras do "novo mundo" encontradas durante a expansão marítima.

I - A descoberta dessas novas terras gerou polêmica entre Portugal e Espanha quanto à sua posse, cabendo ao Papa Bonifácio IV desempenhar o papel de árbitro internacional.

II - Em 1491, foi proclamada a Bula Intercoetera, segundo a qual seria traçada uma linha imaginária, a partir da Ilha da Madeira, 100 léguas em direção ao Ocidente. III- Em 1494, celebrou-se o Tratado de Tordesilhas, que determinava a distância para 370 léguas a partir do Arquipélago de Cabo Verde.

IV - O Tratado de Tordesilhas demarcou os direitos de exploração dos países ibéricos, tendo como elemento propulsor o desenvolvimento da expansão marítima e comercial.

V - A consolidação do reino português, por meio da exploração das especiarias africanas e a formação do exército nacional foram estimulados pelo Tratado de Tordesilhas.

Assinale a opção correta.

- (A) As afirmativas I, II e V são verdadeiras.
- (B) As afirmativas II e V são verdadeiras.
- (C) As afirmativas III e IV são verdadeiras.
- (D) Apenas a afirmativa II é verdadeira.
- (E) Apenas a afirmativa V é verdadeira.

Comentários



- A afirmativa I está incorreta, afinal os acordos entre Portugal e Espanha foram mediados pelo papa Alexandre VI.
- A afirmativa II está incorreta, pois a bula papal traçava uma linha imaginária a partir da Ilha de Açores.
- A afirmativa III está correta. Insatisfeito com a Bula Intercoetera, Portugal sugeriu a criação de uma nova linha imaginária, situada a 370 léguas de Cabo Verde. Dessa forma, os lusos também poderiam garantir sua porção de terras no Novo Mundo, o que foi acatado pelos espanhóis. Em 7 de junho de 1494 foi assinado o **Tratado de Tordesilhas**, que designou terras a leste para Portugal e a oeste para Espanha.
- A afirmativa IV está correta, afinal o Tratado de Tordesilhas dividiu entre as monarquias ibéricas os domínios alcançados durante as Grandes Navegações.
- A afirmativa V está incorreta, pois o Tratado de Tordesilhas não estipulava a formação de exércitos nacionais, mas a divisão dos territórios que compunham os Impérios ultramarinos ibéricos.

Estando corretas as afirmativas III e IV, a alternativa C é a resposta.

Gabarito: C

13. (2004/Colégio Naval)

A crise de sucessão portuguesa originada com a morte do rei D. Sebastião, na Batalha de Alcácer-Quibir e continuada com a morte de seu substituto, o Cardeal D. Henrique, sem deixar sucessor direto, resultou na conquista de Portugal por Felipe II, em 1580. Esse fato ficou conhecido como

- (A) Revolução de Avis, que pôs fim a dinastia de Borgonha e deu início a um novo período em Portugal resultando na expansão marítima e comercial.
- (B) Guerra de Reconquista, luta entre cristãos e muçulmanos onde o Reino de Portugal estava envolvido, levando à morte do monarca.
- (C) Juramento de Tomar, com a morte do rei português a Espanha assume o monopólio do comércio colonial português, e coloca toda a administração do Brasil nas mãos de espanhóis.
- (D) A Revolução do Porto, onde camponeses, artesãos, funcionários públicos e militares, liderados pela burguesia comercial do Porto exigem a volta da monarquia portuguesa ao poder.
- (E) União Ibérica, unificação de Portugal e Espanha devido à vacância do trono português, originada pela morte do cardeal D. Henrique.

Comentários

- A alternativa A está incorreta. A Revolução de Avis foi um processo que contribuiu para a centralização política de Portugal, mas que antecedeu a morte de D. Sebastião.
- A alternativa B está incorreta, pois a Batalha de Alcácer-Quibir, na qual faleceu D. Sebastião, foi posterior ao processo de Reconquista da península ibérica, concluído em 1492, com a tomada de Granada.



- A alternativa C está incorreta, afinal o Juramento de Tomar foi um documento em que o rei Felipe II se comprometia a resguardar certas prerrogativas em relação à administração colonial para os portugueses.

- A alternativa D está incorreta. A Revolução do Porto foi um processo irrompido em 1821, que demandava o retorno de D. João VI para Portugal e sua submissão às Cortes. O movimento implantou uma monarquia constitucional em Portugal.

- A alternativa E é resposta. Em 1578, o rei português D. Sebastião foi morto em combate contra os árabes no Marrocos, durante a Batalha de Alcácer-Quibir. Ele foi sucedido pelo tio-avô, D. Henrique, que falece dois anos depois e sem deixar herdeiros diretos. A partir daí, inicia-se uma disputa pela sucessão do trono de Portugal, da qual saiu vitorioso o monarca Filipe II de Espanha e que se torna rei das duas monarquias ibéricas. O período que vai 1580 e 1640, quando os reis espanhóis acumularam as coroas dos dois Estados da península, ficou conhecido entre os historiadores como **União Ibérica**.

Gabarito: E

14. (2004/Colégio Naval)

"As invasões holandesas que ocorreram no século XVII foram o maior conflito político-militar da Colônia. Embora concentradas no nordeste, elas não se resumiram a um simples episódio regional. Ao contrário, fizeram parte do quadro das relações internacionais entre os países europeus, revelando a dimensão da luta pelo controle do açúcar e das fontes de suprimento de escravos. [...] O ataque a Pernambuco se iniciou em 1630, com a conquista de Olinda. A partir desse episódio, a guerra pode ser dividida em três períodos distintos. [...] O segundo período, entre 1637 e 1644, caracteriza-se por relativa paz, relacionada com o governo do príncipe holandês Maurício de Nassau, que foi o responsável por uma série de importantes iniciativas políticas e realizações administrativas."

(Fausto, Boris. História do Brasil. São Paulo: Edusp, 2004.p.84 e 85.)

São características do governo Maurício de Nassau, EXCETO:

- (A) concessão de créditos aos senhores de engenho.
- (B) investimentos em obras urbanas, sendo construídas pontes e obras sanitárias.
- (C) criação da cidade de Maurícia, hoje um bairro da capital pernambucana.
- (D) a intolerância religiosa, pois Nassau que era calvinista, perseguiu outros segmentos religiosos.
- (E) estímulo à vinda de artistas, naturalistas, médicos e astrônomos.

Comentários

- A alternativa A está correta. Assim que pisou na capitania de Pernambuco, Maurício de Nassau começou a trabalhar para a recuperação da região, vendendo a crédito engenhos abandonados por senhores que fugiram para a Bahia.

- A alternativa B está correta. Nassau promoveu melhorias urbanas em Recife, tais como o calçamento de ruas e a construção de pontes, proibiu o descarte de lixo nas vias públicas e o despejo do bagaço da cana nos rios.



- A alternativa C está correta, afinal Maurícia corresponde à parte da capital pernambucana.
- A alternativa D está incorreta, afinal Nassau implantou a **liberdade religiosa** em Pernambuco, permitindo católicos e judeus professarem livremente suas crenças, o que fez surgir em Recife a primeira sinagoga da América Portuguesa.
- A alternativa E está correta. Botânicos e médicos se dedicaram a estudar a fauna, flora e as doenças tropicais que assolavam os colonos, enquanto artistas patrocinados por Nassau registraram o cotidiano na colônia, suas paisagens e as populações indígenas.

Gabarito: D

11. (2018/Colégio Naval)

Leia o texto abaixo e responda a pergunta a seguir.

[...] Além da capitania, em 1541 foi instalada a vila de Olinda, com a repetição de todas as formalidades de São Vicente: títulos de sesmarias, lista de homens bons aptos a votar, eleição de vereadores, alternância no poder. [...] Em Pernambuco passou a funcionar de maneira efetiva a autoridade do donatário, em dois sentidos, No das receitas, implantou cobrança de impostos, inclusive com repasses ao rei, e tais recursos financiavam serviços delegados ao donatário, como o de atuar como instância mais alta que o Judiciário da vila e o de controlar a vida civil.

(CALDEIRA, Jorge. *História da Riqueza no Brasil*. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2017.)

De acordo com o texto é correto afirmar que o autor buscou descrever as medidas que:

- (F) levaram a capitania de Pernambuco a prosperar.
- (G) causaram o impasse político responsável pela Guerra dos Mascates.
- (H) levaram o sistema de capitanias hereditárias a fracassar.
- (I) causaram o impasse político gerador da Insurreição Pernambucana.
- (J) transformaram as capitanias hereditárias em governo-geral.

Comentários

- A alternativa A é a resposta. Embora tenha fracassado em muitas partes do país, o sistema de capitanias hereditárias implementado em 1534 logrou êxito em Pernambuco e São Vicente.
- A alternativa B está incorreta, afinal a Guerra dos Mascates foi uma reação das elites açucareiras de Olinda à elevação de Recife à condição de vila.
- A alternativa C está incorreta, pois descreve uma realidade onde o sistema de capitanias funcionou, a região de São Vicente.
- A alternativa D está incorreta, pois a Insurreição Pernambucana foi um movimento que levou à expulsão dos holandeses do Brasil.
- A alternativa E está incorreta, afinal o governo-geral foi um sistema que coexistiu com as capitanias-hereditárias até a Era Pombalina.

Gabarito: A



12. (2007/Colégio Naval)

No ano de 1494, portugueses e espanhóis assinavam o Tratado de Tordesilhas partilhando o mundo entre eles, fato que posteriormente recebeu a crítica da França, Inglaterra e Países Baixos, entre outros que passaram a questionar a exclusividade da partilha do mundo entre as nações ibéricas.

Entre os fatores que demonstram tal questionamento pode-se citar a

(A) frequente presença holandesa em terras brasileiras questionando a soberania portuguesa através do intenso comércio do açúcar praticado na capitania de Pernambuco.

(B) presença francesa no Maranhão ocasionando, entre outros aspectos, a fundação da cidade de São Luís no final do século XVI.

(C) presença inglesa, principalmente através de piratas financiados pelo governo inglês, os quais por várias vezes tentaram estabelecer colônias nas terras brasileiras.

(D) invasão holandesa no Recife motivada unicamente pelos conflitos que tinha com a Espanha.

(E) presença frequente de franceses nos primeiros momentos da colonização portuguesa, destacando a criação da França Antártica no Rio de Janeiro

Comentários

- A alternativa A está incorreta, afinal a participação dos holandeses na empresa açucareira foi inicialmente permitida pelos portugueses, que não dispunham de técnicas de refino do produto.

- A alternativa B está incorreta, pois São Luís foi fundada em 1612, no século XVII.

- A alternativa C está incorreta, afinal as incursões inglesas não objetivavam fundar colônias, mas saquear o litoral brasileiro.

- A alternativa D está incorreta, pois as invasões holandesas tinham em conta principalmente interesses econômicos dos holandeses no negócio açucareiro.

- A alternativa E é a resposta. O rei francês Francisco I, ao saber da assinatura do Tratado de Tordesilhas, teria comentado: *“gostaria de ver a cláusula do testamento de Adão que me afastou da partilha do mundo”*. Sem reconhecer a legitimidade do acordo, os franceses buscaram assegurar seus territórios na América, invadindo domínios coloniais dos portugueses.

Gabarito: E

11.2. EsFCEEx – Questões desafiadoras



Que tal treinar um pouco mais com as questões da Escola de Formação Complementar do Exército – a EsFCEEx? Separamos algumas para você! Topa o desafio?



1. (EsFCEEx – Exército Brasileiro – CFO/QC / 2019)

Na América portuguesa, em consequência da ofensiva francesa e do declínio do trato asiático, foram tomadas em 1534 medidas para o povoamento e a valorização do território.

(ALENCASTRO, Luiz Felipe de. O Trato dos Videntes: formação do Brasil no Atlântico Sul. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 20).

As medidas mencionadas na afirmativa acima referem-se aos sistemas de administração que Portugal empregou no Brasil no século XVI. Em ordem cronológica, a partir de 1534, tais sistemas foram

- A) Feitorias e Governo Geral.
- B) Capitánias Hereditárias e Governo Geral.
- C) Governo Geral e Feitorias.
- D) Governo Geral e Capitánias Hereditárias.
- E) Feitorias e Capitánias Hereditárias.

Comentários

- As feitorias eram entrepostos fortificados pelos portugueses ao longo da costa brasileira no período pré-colonial, com o intuito de depositar o pau-brasil retirado pelos indígenas. Dessa maneira, as alternativas A, C e E estão incorretas.

- A alternativa B é a resposta. Em 1534, a Coroa portuguesa replicou o sistema de colonização empregado nas ilhas de Açores e da Madeira na América, denominado capitánias-hereditárias. O território foi dividido em extensas faixas de terras, as capitánias, e entregues a particulares para que pudessem povoá-las. Em 1548, o rei D. João III criou o cargo de governador-geral, figura que centralizava a administração colonial ao atuar como intermediador entre donatários e a metrópole, além impulsionar do processo de colonização.

- A alternativa D está incorreta, pois apresenta a ordem inversa da real sequência cronológica dos sistemas administrativos adotados pela Coroa na América Portuguesa.

Gabarito: B

2. (EsFCEEx – Exército Brasileiro – CFO/QC / 2019)

A respeito da ocupação territorial da Capitania de São Vicente e do contato dos portugueses com os nativos, analise as afirmativas a seguir:

I. Ao chegarem a São Vicente, os primeiros portugueses, reconhecendo de imediato a importância fundamental da guerra nas relações intertribais, procuraram tirar proveito delas para efetivarem a ocupação da terra.

II. Considerando o estado de união política que imperava no Brasil indígena, as perspectivas de conquista, dominação e exploração passariam por alianças forjadas por rivalidades que não havia entre os nativos, o que levaria ao rompimento de sua unidade e, conseqüentemente, à sua total aniquilação.



III. Aos olhos dos invasores, a presença de um número considerável de prisioneiros de guerra prometia um possível mecanismo de suprimento de mão de obra cativa para os eventuais empreendimentos coloniais.

IV. Os índios percebiam vantagens imediatas na formação de alianças com os europeus, particularmente nas ações bélicas conduzidas contra os inimigos mortais.

Assinale

- A) se apenas as afirmativas I, II e III estiverem corretas.
- B) se apenas as afirmativas II, III e IV estiverem corretas.
- C) se apenas as afirmativas I, III e IV estiverem corretas.
- D) se apenas as afirmativas I, II e IV estiverem corretas.
- E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

Comentários

- A afirmativa I está correta, afinal os portugueses se utilizaram das rivalidades pré-existentes entre os povos indígenas para facilitar o processo de conquista. Dessa maneira, se aliavam a povos que aceitaram a colonização para combater aqueles que se opunham.

- A afirmativa II está incorreta, afinal não havia uma unidade entre os indígenas antes da conquista portuguesa na América. Em verdade, o antagonismo existente entre determinados povos em muito contribuiu para o processo de colonização, na medida em que os portugueses se aliaram a alguns grupos para combater outros, tendo como base as rivalidades pré-existentes.

- A afirmativa III está correta, afinal a escravidão indígena foi largamente praticada no período, sendo os nativos empregados nas lavouras e em outras atividades produtivas da Colônia.

- A afirmativa IV está correta, uma vez que uma aliança com os lusos poderia significar para os nativos possibilidade de aniquilamento de grupo rival.

Estando corretas as afirmativas I, III e IV, a alternativa C é a correta.

Gabarito: C

3. (Exército - 2013 - EsFCEx - Oficial - Informática)

As afirmativas abaixo tratam do sistema de capitanias hereditárias e do estabelecimento do governo geral na América portuguesa. Analise-as e marque a opção correta.

I. Entre as motivações para a criação do sistema administrativo de governo geral nas possessões portuguesas da América estava o risco de perda de parte do território para os franceses.

II. A criação do sistema de capitanias hereditárias, implantado na América portuguesa durante a década de 1530, foi uma decisão que provocou um acelerado crescimento populacional e produtivo na região em poucas décadas.

III. Entre as prerrogativas entregues pelo rei de Portugal aos capitães donatários, encontravam-se a de doar terras, a de reter para si parte da renda da produção e a de monopolizar a justiça, o que incluía o poder de condenar à morte em certos casos.

A) somente I é correta.



- B) somente II é correta.
- C) somente III é correta.
- D) somente I e II são corretas.
- E) somente I e III são corretas.

Comentários

- A afirmativa I está correta. Diante dos sucessivos ataques franceses na América Portuguesa, a Coroa deu início ao processo de ocupação do território a partir de 1530, com a expedição de Martim Afonso de Souza. Pouco tempo depois, criou o sistema de capitanias hereditárias, que dividiu o território brasileiro em extensas faixas de terra e as entregou a particulares, que eram encarregados, dentre outras atribuições, de proteger o território de invasores estrangeiros.

- A afirmativa II está incorreta, afinal somente Pernambuco e São Vicente prosperaram a partir da criação do sistema de capitanias hereditárias. Dessa maneira, o território da América Portuguesa prevaleceu predominante desocupado nos séculos seguintes.

- A afirmativa III está correta. Os capitães-donatários, todos fidalgos, funcionários da Coroa e comerciantes portugueses, eram encarregados de proteger o território de invasores estrangeiros, explorá-lo economicamente e exercer o poder de justiça.

Estando corretas as afirmativas I e III, a alternativa E é a resposta.

Gabarito: E

4. (Exército - 2013 - EsFCEX - Oficial - Informática)

No contexto colonial, a escravidão indígena foi limitada por diversos fatores. Sobre o tema, analise as afirmativas abaixo e marque a opção correta

I. Entre os fatores limitadores da escravidão indígena, não está presente qualquer posição da Coroa Portuguesa.

II. Os índios que de fato reagiram à escravidão foram aqueles que habitavam as regiões mais distanciadas do litoral.

III. Um dos fatores que desencadearam a expulsão dos jesuítas da América Portuguesa no século XVIII foi a sua resistência ao uso da mão-de-obra indígena pelos colonos.

- (A) Somente I é correta.
- (B) Somente II é correta.
- (C) Somente III é correta.
- (D) Somente I e II são corretas.
- (E) Somente II e III são corretas.

Comentários

- A afirmativa I está incorreta. Em 1570, uma normativa real regulamentou o cativo indígena, que só poderia ser realizado por meio de “guerra justa”, ou seja, a partir dos conflitos autorizados pela Coroa ou pelo governador contra os povos hostis ao projeto colonizador.



- A afirmativa II está incorreta, afinal indígenas do litoral e do sertão reagiram ao processo de colonização português na América.

- A afirmativa III é a resposta. Os jesuítas se opuseram à escravização dos nativos, causando atritos com os colonos. Com o passar do tempo, eles passaram a dispor de grande autoridade em solo colonial, levando o Marquês de Pombal a expulsá-los do território.

Gabarito: C.

12. Considerações finais

Terminamos nossa primeira aula! O período colonial é extremamente recorrente nas provas do Colégio Naval, então esperamos que você tenha se atentado os principais pontos do módulo! Veja novamente:



- O período pré-colonial e a exploração do pau-brasil.
- A economia e sociedade do açúcar;
- A presença estrangeira nos domínios lusos
- A administração da América Portuguesa.
- As especificidades da escravidão indígena e africana, e as formas de resistência existentes;

Bom, se todos os tópicos listados estiverem tranquilos, nosso objetivo foi cumprido! Agora, se pintou aquela dúvida, volte às nossas aulas, e reveja o conteúdo. Persistindo os sintomas, me procure no **Fórum de Dúvidas!** Estaremos à disposição para ajudá-lo!

Abraços,
Profe. Alê Lopes
Prof. Marco Túlio

13. Referências

ALGRANTI, Leila Mezan. Famílias e vida doméstica. In: SOUZA, Laura de Mello e (org.). *História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

FAUSTO, Boris. *História concisa do Brasil*. 2ª ed. São Paulo: EDUSP, 2006.



FREI VICENTE DO SALVADOR. História do Brasil, livro primeiro. Disponível em: <http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/sugestao_leitura/2011/historia/4viciente_salvador.pdf>. Acesso em: 17 jun. 2019.

FREITAS NETO, José Alves de; TASINAFO, Célio Ricardo. *História geral e do Brasil*. São Paulo: Harbra, 2006.

MELLO, Edvaldo Cabral de (org.). *O Brasil Holandês: (1630-1654)*. São Paulo: Penguin Classics, 2010.

MONTEIRO, John Manuel. *Os negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

PEREIRA, Julia da Rocha. Rede da indústria do açúcar: a construção do território de Igarassu-Pe. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/VI_coloquio_t2_rede_industria_acucar.pdf>. Acesso em: 25 abr. 2019.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. *Brasil: uma biografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Sobre o autoritarismo brasileiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SOUZA, Laura de Mello e. *Desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2004.

